

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
  - 1.1 – 102ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
  - 1.2 – Comissões
- 2 – ORDEM DO DIA**
  - 2.1 – Comissão
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Plenário
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATA**



**ATAS**

## ATA DA 102ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/11/2019

### Presidência dos Deputados Agostinho Patrus e Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagem nº 54/2019 (encaminhando o Projeto de Lei Complementar nº 28/2019), do governador do Estado; e ofício – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.270, 1.276 a 1.279 e 1.282/2019; Requerimentos nºs 3.696 a 3.709 e 3.711 a 3.714/2019 – Proposições Não Recebidas: Requerimentos nºs 3.710 e 3.715/2019 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Transporte, de Desenvolvimento Econômico e de Administração Pública (2) – Questão de Ordem – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – 2ª Fase: Palavras do Presidente – Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado André Quintão; aprovação – Chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para votação – Requerimento do deputado André Quintão; aprovação – Questões de Ordem – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.732/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.008/2017; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.044/2017; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.112/2017; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.426/2017; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.455/2017; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.734/2017; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.871/2017; discurso do deputado Sargento Rodrigues; Questão de Ordem; discurso do deputado Sargento Rodrigues; Questões de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; Questão de Ordem; discurso do deputado João Leite – Encerramento – Ordem do Dia.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

### **Abertura**

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **1ª Parte**

#### **1ª Fase (Expediente)**

#### **Ata**

– O deputado Charles Santos, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### **Correspondência**

– O deputado Tadeu Martins Leite, 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

#### **MENSAGEM Nº 54/2019**

– A Mensagem nº 54/2019, encaminhando o Projeto de Lei Complementar nº 28/2019, do governador do Estado, foi publicada na edição anterior.

### **OFÍCIO**

Da Sra. Ana Maria Soares Valentini, secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 813/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

#### **2ª Fase (Grande Expediente)**

#### **Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

#### **PROJETO DE LEI Nº 1.270/2019**

Dá denominação à MG-010 que liga Serro a Conceição do Mato Dentro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada de Dona Lucinha, o trecho da MG-010, que liga o município de Serro ao município de Conceição do Mato Dentro.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de novembro de 2019.

Deputado Alencar da Silveira Jr. (PDT)

**Justificação:** Dona Lucinha nasceu em 21 de novembro de 1932 no Serro, na região Central do Estado. Mãe de 11 filhos e avó de mais de 20 netos. Lucinha atuou na cidade como salgadeira, doceira, feirante, quitandeira, além de diretora escolar, vereadora, catequista e professora. Respeitada internacionalmente como a maior representante da cozinha mineira, foi enredo da escola de samba Salgueiro, no Carnaval do Rio de Janeiro. Considerava o ato de cozinhar, um ato de amor. Fica o seu grande legado na gastronomia mineira.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.276/2019

Declara de utilidade pública o instituto Trampolim, com sede no Município de Ouro Preto.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o instituto Trampolim, com sede no Município de Ouro Preto.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de novembro de 2019.

Deputado Thiago Cota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico (MDB).

**Justificação:** O Instituto Trampolim é uma Associação Civil de Direito Privado, com prazo de duração indeterminado, de caráter beneficente de assistência Social, sem fins lucrativos e econômicos. Sua fundação se deu no dia 16 de Dezembro de 2016 e está em pleno funcionamento desde sua fundação.

A associação tem como finalidades, desenvolver modalidades da Federação Internacional de Ginástica (FIG), Confederação Brasileira de Ginástica (CBG) e Federação Mineira de Ginástica (FMG) de alto rendimento e escola de iniciação e esporte em geral na comunidade de Ouro Preto e região. Além de desenvolver, apoiar e incentivar projetos de cunho social social em prol de uma melhor qualidade de vida da população periférica de Ouro preto e Região, promover a autoestima e a inclusão das crianças e adolescentes de vulnerabilidade social e risco através do esporte, desenvolver atividades lúdico-pedagógica, palestras, cursos e oficinas que visam à formação e comprometimento com a ética e com a realidade, estimular a integração como forma de aprendizagem e crescimento pessoal.

É uma entidade que promove o bem e beneficia, com seus serviços prestados a comunidade, várias pessoas, de modo que foi fundada em 2016 e até hoje só busca promover a cultura, o esporte e o que de melhor essas práticas podem oferecer para os moradores de Ouro Preto e região.

Diante do exposto, espera-se o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 1.277/2019**

Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares de Café de Caratinga e Região, com sede no Município de Caratinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares de Café de Caratinga e Região, com sede no Município de Caratinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de novembro de 2019.

Deputado Thiago Cota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico (MDB).

**Justificação:** A Associação dos Agricultores Familiares de Café de Caratinga e Região, com sede no município de Caratinga, é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 12 de Outubro de 1986, e tinha o nome de Concelho Comunitário da Igrejinha dos Pedros, a partir do dia 22 de Setembro de 2016, após mudança em seu estatuto, passou a se chamar pelo nome acima descrito, e está em pleno funcionamento desde a sua fundação.

A associação tem por finalidade prestar quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento, beneficiamento, produção, transporte e comercialização de café, defensivos e insumos agrícolas para melhorar as condições de vida dos agricultores familiares e da comunidade, fortalecer a união dos produtores desse seguimento, proporcionar atividades econômicas, culturais, recreativas, desportivas e sociais, Organizar e representar os Agricultores Familiares de sua região de atuação e auxiliá-los a buscar mercados para a comercialização de sua produção, podendo para isso assinar contratos com órgãos públicos e privados, entre outras diversas atividades.

Tendo em vista a longevidade de suas atividades, nota-se que é uma entidade que promove o bem e beneficia, com seus serviços prestados a comunidade, várias pessoas, de modo que na busca por promover o bem e realizar atividades benéficas a toda população, ela é de suma importância não só para o município de sua sede, mas também para todo o Estado.

Diante do exposto, espera-se o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 1.278/2019**

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Proprietários de Lotes do Balneário Porto Belo, com sede no Município de Paracatu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Proprietários de Lotes do Balneário Porto Belo, com sede no Município de Paracatu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de novembro de 2019.

Deputado Inácio Franco

**Justificação:** O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública a Entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária dos integrantes da Associação entre outras finalidades.

No desenvolvimento de suas atividades não faz distinção alguma quanto à religião, cor, sexo, condição social das pessoas assistidas e atende com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Insta pontuar que a Associação encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, sendo sua diretoria constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelas funções que exercem, atendendo, desta forma, os requisitos legais.

Por ser justo, espero contar com o apoio dos nobres pares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 1.279/2019

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tiros o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Tiros área de 7.200m<sup>2</sup> (sete mil e duzentos metros quadrados), com as respectivas benfeitorias, a ser desmembrada do imóvel com área de 14.400m<sup>2</sup> (quatorze mil e quatrocentos metros quadrados), situado na Avenida José Bomtempo, s/nº, no Município de Tiros, e registrado sob o nº 10.741, às fls 050 do Livro 3-H, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tiros.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se ao funcionamento do Ginásio Poliesportivo.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de novembro de 2019.

Deputado Inácio Franco

**Justificação:** Este projeto de lei tem por objetivo regularizar a situação do imóvel onde está em funcionamento o ginásio poliesportivo do Município de Tiros, que atende às mais diversas modalidades de esporte, de todas as faixas etárias, em todos os dias da semana, e também é utilizado diariamente como sala de reforço escolar nos turnos matutino e vespertino.

Cabe ressaltar que o município solicita apenas 7.200m<sup>2</sup> do imóvel em questão, haja vista que, no restante da área, está em funcionamento a Escola Estadual Padre José Coelho. Sem sombra de dúvidas, a doação do imóvel ao Município de Tiros atenderá ao interesse público, ao permitir a manutenção das atividades regulares do referido ginásio.

Insta salientar que o imóvel continuará integrando o patrimônio público, visto que a aprovação do projeto implica apenas a transferência de titularidade da esfera estadual para a municipal.

Como visto, a doação satisfaz os requisitos legais para ser concretizada, razão pela qual rogo a meus pares a aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 1.282/2019**

Declara de utilidade pública a JH9.ORG, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a JH9.ORG, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de novembro de 2019.

Deputado Celinho Sintrocel (PCdoB)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

**REQUERIMENTOS**

Nº 3.696/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações com Vítor de Souza Andrade e Clarice Ana Beal pelo projeto desenvolvido para transformar lixo orgânico em biogás. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 3.697/2019, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja autorizada a realização urgente das matrículas para 2020 na Escola Estadual Tonico Batista, em Presidente Olegário. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.698/2019, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a abertura de cursos técnicos profissionalizantes na Escola Estadual de Educação Profissional Prof. Pedro Ernesto Nasciutti, em Tupaciguara. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.699/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para designar, com a urgência possível, uma delegada titular para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Município de Ibitaré.

Nº 3.700/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a instalação de redutor de velocidade na MG-458, na altura do Bairro Rural – Córrego Fundo, no Município de Careçu.

Nº 3.701/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para a pavimentação de trecho de aproximadamente 13,5km que liga a sede do Município de Jaboticatubas ao Distrito de São José de Almeida.

Nº 3.702/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para consertar o trecho da estrada que liga o Município de Porteirinha a Riacho dos Machados, próximo ao Distrito de Mocaminho, uma vez que o trecho está bastante esburacado e causando vários acidentes graves.

Nº 3.703/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para que seja elaborado orçamento estimativo do custo de pavimentação da Rodovia MG-446, que liga as cidades de Alpinópolis e Nova Resende, passando pelo Distrito de Petúnia.

Nº 3.704/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária, para que parte dos recursos da transferência da União para o Estado da arrecadação da Cide-Combustíveis seja destinada à pavimentação da Rodovia MG-446, que liga Alpinópolis e Nova Resende, passando pelo Distrito de Petúnia.

Nº 3.705/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para seja feita limpeza às margens da Rodovia BR-135, no trecho entre o Rio Calindó e o Distrito de Monte Rei, em Juvenília, uma vez que o mato alto está colocando em risco os motoristas nesse trecho.

Nº 3.706/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas a determinar a abertura de inquérito policial militar a fim de apurar os fatos narrados pela Sra. Elizabeth Conceição Alexandrino, que culminaram no suicídio do seu filho, Cb. PM Francisco Carlos Barroso Nolasco Júnior, nº 1580133, lotado na 17ª Companhia do 34º Batalhão de Polícia Militar, em especial a forma como foi conduzida a ocorrência pelo Ten. PM Pedro Rogério, em 17/8/2019, lavrada sob o Reds nº 2019-039605209 pela 186ª Companhia do 39º Batalhão de Polícia Militar, durante a qual o aparelho celular de seu filho teria desaparecido, o que o teria exposto a uma situação vexatória e o levado a declarar que se suicidaria.

Nº 3.707/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado ao superintendente do Patrimônio da União em Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em relatório com a indicação dos imóveis ferroviários, sob a guarda desse órgão, que podem ser objeto de cessão para o governo do Estado, prefeituras e organizações não governamentais, para fins de implantação de novos projetos ferroviários. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 3.708/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à Fundação Dom Cabral pedido de providências para que seja incluído no Plano Estratégico Ferroviário um estudo sobre a viabilidade de destinação de um trem turístico para a região do Circuito da Rota da Revolução. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 3.709/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a previsão de retomada das obras dos hospitais regionais dos Municípios de Além Paraíba, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Sete Lagoas e Teófilo Otôni. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.711/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para que seja dada atenção especial ao trecho da MG-040, entre o Bairros Bom Jardim e o Centro do Município de Mário Campos, tendo em vista os diversos acidentes registrados no local, inclusive com vítimas fatais.

Nº 3.712/2019, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para autorizar a realização urgente das matrículas para 2020 na Escola Estadual Tônico Batista, em Presidente Olegário. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.713/2019, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Governo e de Planejamento e Gestão e ao advogado-geral do Estado pedido de informações sobre os procedimentos que o Estado está adotando para efetivar a antecipação dos recursos de nióbio e venda da Codemig, as respostas aos questionamentos contidos nos itens “i” a “viii” do Processo nº 1.040.662 e a documentação requerida nesses itens. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.714/2019, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o que está sendo pago pela Vale S.A. e pela Samarco S.A. como contrapartida pelos desastres e crimes ambientais de Brumadinho e Mariana e em decorrência das multas aplicadas à empresa em razão de irregularidades em suas barragens. (– À Mesa da Assembleia.)

#### **Proposições Não Recebidas**

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber as seguintes proposições:

## REQUERIMENTOS

Nº 3.710/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à diretoria da Google Brasil em Belo Horizonte pedido de informações sobre o episódio no qual esse *website* de pesquisas e buscas na internet teria publicado gravíssimas ofensas às mulheres professoras, solicitando, ainda, que a empresa proceda a uma retratação pública e amplamente divulgada.

Nº 3.715/2019, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado pedido de informações sobre a Representação nº 1.040.662, na qual se requer a determinação de diligência a fim de proceder ao controle externo dos procedimentos que o Estado está adotando para antecipação dos recursos do nióbio e venda da Codemig, com envio a esta Casa das respostas aos questionamentos contidos nos itens “i” a “viii” da referida representação e da documentação requerida nesses itens, fundamentais para subsidiar a tramitação do Projeto de Lei nº 1.205/2019.

## Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Transporte, de Desenvolvimento Econômico e de Administração Pública (2).

## Questão de Ordem

O deputado Virgílio Guimarães – Eu queria comunicar à Casa que a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária votou, agora, no intervalo entre as duas reuniões deste Plenário, o Projeto de Lei nº 1.014/19, que prorroga a cobrança do ICMS em 27%, das telecomunicações, além do adicional de 2% também de ICMS para o Fundo de Combate à Pobreza, sobre os supérfluos. Esse projeto chegou à comissão própria, que trata de ICMS – eu estou falando da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária – e ficou um dia lá, um dia, um dia. Eu tinha seis emendas preparadas. O presidente está chegando aqui. Estou anunciando aqui, presidente, o que ocorreu na nossa comissão e quero registrar aqui em Plenário que eu tinha seis emendas a apresentar e naturalmente não poderia fazê-lo só no dia de hoje. O locus adequado para apresentar seria a comissão, e esse projeto ficou lá apenas um dia. Sabe por que, Sr. Presidente? Porque nós temos na Constituição brasileira, além da chamada anuidade – você decide de um ano para o outro a cobrança, o aumento de tributos –, a anterioridade, que são os 90 dias que antecedem. Essa anterioridade, para o início em janeiro, já vem sendo corroída pelo tempo que foi gasto pela comissão onde o projeto ficou praticamente um mês – a comissão que analisa as relações do contribuinte com o fisco. Não sei exatamente o que tem a ver a elaboração de leis sobre a tributação com essa comissão que cuida das relações do fisco, da educação fiscal para a população. Mas lá ele permaneceu durante esse período. Pegando os dados do ano passado, Sr. Presidente, deputado Tadeu, R\$850.000.000,00, um mês de atraso representa R\$70.000.000,00, que foi o prejuízo oferecido por essa maneira de colocar em votação, de atribuir a essa comissão o poder de segurar esse projeto de lei por um mês. Eu falo isso, Sr. Presidente, porque quis ajudar, deixando de oferecer as emendas que deixaria mais robusta a cobrança. Eu sou favorável a lutar pelo equilíbrio fiscal e, para não oferecer um prejuízo adicional, fiz questão de deixar para outro momento em que as emendas poderiam ser analisadas sem causar o mesmo prejuízo. Aproveito para saudar aqui o presidente Agostinho, que chega aqui. Essa colaboração que demos, não ao governo, mas a Minas Gerais, ao equilíbrio fiscal, foi com a convicção de que conseguiríamos que essas emendas fossem devidamente analisadas. E mais, deputado presidente, eu tive a oportunidade de discutir ao longo do tempo aqui com uma pessoa lhana, uma pessoa cheia de cordura, uma pessoa maravilhosa no trato pessoal, mas não no trato de tratar as coisas, que é o secretário de Obras desse governo. É um governo que tem um excelente secretariado na área econômica, com a qual convivo. É um excelente secretariado. Na área do governo nós conhecemos o Bilac. Mas, presidente, ser tratado como fui tratado, segurar projeto quando não precisa segurar, para o governo buscar fontes de receita? De combinar e não cumprir nada? Zero para o Norte de Minas, zero para Bocaiuva, zero para Curvelo, zero de obra para todo lugar. Sr. Presidente, quero agora não oferecer um prejuízo de R\$70.000.000,00, mas um custo de R\$1.000.000,00 por mês durante uma coisa prevista. No pedágio, está previsto o desconto promocional de R\$1.000.000,00 por mês. Seis meses são R\$6.000.000,00, menos de 10% do prejuízo que o governo tomou com o atraso de um mês. Sr. Presidente, a arrecadação vai começar

só em fevereiro. Esse período em que o projeto dormitou naquela comissão, Sr. Presidente, é 1/12 de R\$850.000.000,00, que são R\$70.000.000,00. Sr. Presidente, combinei com V. Exa., agora eu faço questão e não aceito que sejamos tratados dessa forma. O deputado que está ao seu lado, o deputado Tadeu Leite, acompanhou o que ocorreu naquela ocasião. O deputado Guilherme da Cunha acompanhou todos os passos que foram dados. Sr. Presidente, não existe essa possibilidade de um tratamento dessa forma, não existe essa possibilidade. Eu sou uma pessoa que tem responsabilidade com o Estado. Eu passei metade da minha vida parlamentar como governo e metade como oposição e nunca tive uma atitude destrutiva nas comissões de que fiz parte, de Finanças, de Tributação e Orçamento; e nunca vi, numa vida parlamentar, algo semelhante ao que eu passei, ao distrato que tive e ao que eu vi aqui nesta Casa. Nunca vi. Gostaria, depois, pessoalmente, de narrar para V. Exa., sobretudo na presença das pessoas que conhecem tudo e que estão vendo R\$70.000.000,00 de prejuízo. Eu quero ver quem vai negar à população do Norte de Minas um mísero desconto de R\$6.000.000,00, que é R\$1.000.000,00 por mês apenas no desconto dado ali naquela arrecadação. Sr. Presidente, por isso eu peço encarecidamente a V. Exa... Eu, que abdiquei hoje dos prazos de apresentação de emenda para não atrasar, espero não precisar fazer isso mais. Espero não fazer mais. Eu tenho certeza de que esses projetos serão colocados em votação da mesma forma que as emendas serão analisadas. Não quero que sejam aprovadas, não vou colocar a faca no pescoço de ninguém, não vou obrigar ninguém a aprová-las, nem o projeto nem as emendas, mas eu quero, pelo menos, ter a oportunidade de defendê-las e vê-las votadas aqui, neste Plenário.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### **Comunicação da Presidência**

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n.ºs 3.699/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, 3.700 a 3.705 e 3.711/2019, da Comissão de Transporte, e 3.706/2019, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### **Leitura de Comunicações**

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões

de Transporte – aprovação, na 27ª Reunião Ordinária, em 5/11/2019, dos Requerimentos n.ºs 3.303 a 3.305, 3.374 a 3.376, 3.378 e 3.380/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras;

de Desenvolvimento Econômico – aprovação, na 30ª Reunião Ordinária, em 5/11/2019, dos Requerimentos n.ºs 3.212, 3.213 e 3.373/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, e 3.433/2019, do deputado Celinho Sintrocetl;

de Administração Pública (2) – aprovação, na 30ª Reunião Ordinária, em 5/11/2019, dos Requerimentos n.ºs 3.203/2019, do deputado Agostinho Patrus, e 3.255/2019, do deputado Raul Belém; e aprovação, na 29ª Reunião Ordinária, em 29/10/2019, do Requerimento n.º 3.190/2019, do deputado Elismar Prado; e

de Agropecuária – aprovação, na 29ª Reunião Ordinária, em 5/11/2019 do Requerimento n.º 3.260/2019, do deputado Gil Pereira (Ciente. Publique-se.).

### **2ª Fase**

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

### Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião a matéria apreciada na extraordinária realizada hoje, pela manhã.

### Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado André Quintão em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei Complementar nº 4/2019 seja apreciado em último lugar e o Projeto de Lei nº 5.161/2018 seja apreciado em penúltimo lugar. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para recomposição de quórum.

O secretário – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 46 deputados. Portanto, há quórum para votação. Vem à Mesa requerimento do deputado André Quintão em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 699/2015 seja apreciado em antepenúltimo lugar. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

### Questões de Ordem

O deputado André Quintão – Presidente, nessa retomada dos trabalhos à tarde, eu queria me dirigir ao líder de governo, deputado Luiz Humberto Carneiro, em nome do Bloco Democracia e Luta, mas, com certeza, também do conjunto dos deputados e deputadas desta Casa. Estamos vivendo um processo bloqueado em face de ausência de negociação efetiva entre os trabalhadores e trabalhadoras da Cemig com a direção. Sabemos da importância da Cemig para o Estado de Minas Gerais. Sabemos da importância dos seus trabalhadores. Sabemos, sobretudo, da importância do diálogo. A greve é um instrumento absolutamente legítimo. É uma resposta dos trabalhadores às suas reivindicações. Eu pediria ao líder de governo, deputado Luiz Humberto - já o fiz hoje pela manhã, fiz inclusive diretamente ao secretário de governo, Bilac -, que a direção da Cemig pudesse investir num diálogo sério, numa negociação séria, e não na subtração de direitos, de benefícios conquistados ao longo dos anos. Sabemos que essa não é uma questão que está aqui, na pauta de hoje, mas esta é a Casa onde ecoam os interesses dos servidores, das políticas públicas. Também reitero esse pedido para que o líder de governo, deputado Luiz Humberto Carneiro, possa fazer essa mediação, como sempre todo líder de governo faz, e propiciar à Cemig retomar as negociações com o Sindieleto, com os trabalhadores e as trabalhadoras da Cemig. Muito obrigado, presidente.

O deputado Raul Belém – Presidente, quero, da mesma forma que o deputado André Quintão, reiterar pedido ao líder do governo, deputado Luiz Humberto, para que convença o governo do Estado a ter uma fala com a presidência da Cemig, para que retorne a conversa sobre o acordo coletivo dos trabalhadores da Cemig. Nós sabemos que isso é extremamente importante. É uma coisa que foi definida de forma unilateral. É preciso, sim, ouvir os trabalhadores da Cemig sobre os seus direitos, sobre as suas propostas. Nós estamos em um momento em que não podemos ser intransigentes. Então eu peço ao nosso líder do governo que possa nos atender para que retorne o diálogo em relação ao acordo coletivo de trabalho dos servidores da Cemig, Sr. Presidente.

O deputado Betão – Sr. Presidente, venho aqui também para reforçar as falas dos deputados André Quintão e Raul Belém com relação a essa questão das negociações dos trabalhadores do sindicato e dos trabalhadores da Cemig com a direção da Cemig, porque chegou-se a um momento em que se está utilizando da pior forma possível: não estender a data-base da categoria. Isso, no meu entendimento, é uma covardia, porque, quando você tem a data-base garantida, você prolonga a discussão, dando tranquilidade para os trabalhadores de que o acordo coletivo vigente está valendo. Então, faço um apelo aqui ao líder do governo e também ao

representante do Partido Novo, deputado Guilherme da Cunha, para que possa estar levando essa discussão até o governador e a direção da Cemig para que seja garantida a data-base e continuem as negociações. Obrigado.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Presidente, não vou longe e já ouvi aqui, nesses anos todos que nós temos de Assembleia Legislativa... A Assembleia sempre exigiu do governo, porque quem manda na Cemig é o governador, quem fala para a Cemig é o governador. Então, está na hora de o governador chamar o presidente e falar: “Presidente, nossos funcionários de Minas não podem ser tratados desse jeito, não. Minas Gerais não está acostumado com isso”. Todas as conversas até hoje com os servidores, com a Cemig foram feitas. Agora, nós temos um governo que só fala mal da Cemig, não quer saber de funcionário efetivo, não quer saber, quer vender a Cemig, e estou falando há muito tempo: é um grande prejuízo para todos os mineiros. Eu acho que esta Casa tem que pegar o líder do governo, o líder do Partido Novo e mostrar, acima de tudo, que, em Minas, nós fazemos política é conversando, é acertando, é mostrando o que pode ser feito e o que não pode ser feito; não é falando assim: “nós não conversamos, pronto e acabou”. Empresário faz isso com os seus funcionários, que ele coloca na rua na hora em que quiser; agora, com funcionário público e funcionário efetivado da Cemig, isso ele não vai fazer, não, porque nós não vamos deixar. “Eu sou patrão, eu que mando, eu que faço”, vai mandar em outro lugar. Minas precisa de respeito, Minas precisa de energia, Minas conta com a Cemig. Obrigado.

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.732/2015, do deputado Inácio Franco, que declara patrimônio cultural do Estado a Feira de Arte e Artesanato da Avenida Afonso Pena, no Município de Belo Horizonte. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Professor Irineu – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Bartô – Guilherme da Cunha – Laura Serrano.

O deputado Hely Tarquínio – Sr. Presidente, voto “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 43 deputados. Votaram “não” 3 deputados. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.732/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.008/2017, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranguçu o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Professor Irineu – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O deputado Tadeu Martins Leite – Meu voto é “sim”, Presidente.

O deputado Gustavo Santana – Registre meu voto “sim”, Presidente.

O deputado Noraldino Júnior – Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Raul Belém – Registre meu voto “sim”, Presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 43 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.008/2017 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.044/2017, do deputado Cássio Soares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alpinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – Laura Serrano – Leandro Genaro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O deputado Hely Tarquínio – Meu voto é “sim”, Presidente.

O deputado Gustavo Santana – Registre meu voto favorável, Presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.044/2017 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.112/2017, do deputado Noraldino Júnior, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ribeirão das Neves o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência

vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.112/2017 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.426/2017, do deputado Gustavo Santana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jacinto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Tadeu Martins Leite – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 43 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.426/2017 com a Emenda nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.455/2017, do deputado Gustavo Santana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nanuque o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegada Sheila – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Laura Serrano – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O deputado Douglas Melo – Registre meu voto “sim, Sr. Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.455/2017 com a Emenda nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.734/2017, do deputado Doutor Wilson Batista, que dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação compulsória da neoplasia maligna no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Betão – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – Laura Serrano – Leandro Genaro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O deputado João Vítor Xavier – Registre meu voto “sim, Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.734/2017 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.871/2017, do deputado Cristiano Silveira, que confere ao Município de Lagoa Dourada o título de “Capital Estadual do Rocambole” e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

– O deputado Sargento Rodrigues profere discurso, que será publicado em outra edição.

#### Questão de Ordem

O deputado Doutor Wilson Batista – Presidente, eu quero fazer aqui um apelo.

O deputado Sargento Rodrigues – Deputado, V. Exa. está me pedindo aparte?

O deputado Doutor Wilson Batista – Você está se desviando da matéria que está em votação, Sargento.

O deputado Sargento Rodrigues – Primeiro, V. Exa. tem que pedir aparte a mim.

O deputado Doutor Wilson Batista – Eu sei, mas, aparte, você não vai conceder.

O deputado Sargento Rodrigues – E quem pode fazer isso é quem está presidindo o Parlamento.

O deputado Doutor Wilson Batista – Eu estou pedindo ao presidente porque V. Exa. está se desviando da matéria que está em votação.

O deputado Sargento Rodrigues – Estou desviando? Eu gostaria... Então, agora, nós vamos continuar a discutir todos os demais projetos. Eu pediria à Mesa que trouxesse o projeto de que estou fazendo a discussão. Eu já falei para V. Exa. que eu não tenho pressa de fazer a discussão.

O deputado Doutor Wilson Batista – Mas desde que V. Exa. se atenha ao projeto; que se atenha ao projeto que está sendo votado.

O deputado Sargento Rodrigues – Se V. Exa. quiser pedir ao presidente da Assembleia para suspender a reunião e buscar um acordo, aí tudo bem. Então nós vamos discutir.

– O deputado Sargento Rodrigues continua a proferir discurso, que será publicado em outra edição.

O presidente – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Questiono os oradores aqui inscritos, André Quintão, Coronel Sandro e Bruno Engler, se irão manter a discussão e o pedido de discussão sobre o projeto de lei do deputado Cristiano Silveira.

### Questões de Ordem

O deputado André Quintão – Deputado e presidente Agostinho, se houver um acordo entre todos nós para agilizarmos a votação da pauta, que contém projetos de todos os deputados e deputadas, eu abro mão coletivamente. O debate que tinha que ser feito eu acredito que já foi feito.

O presidente – Questiono o deputado Coronel Sandro e o Bruno Engler se podemos dar continuidade à votação. Em conformidade ao art. 159 do Regimento Interno, durante a discussão, o deputado não pode desviar-se da matéria em debate. Quero dizer que a presidência vai verificar e atender a este artigo do Regimento, para que nós não protelemos a discussão de um projeto que me parece, até certo ponto, simples na sua discussão, para discutirmos outros projetos. Então faço esse apelo também ao deputado Coronel Sandro e ao deputado Bruno Engler, para que possamos dar continuidade à discussão do Projeto de Lei nº 4.871/2017.

O deputado Coronel Sandro – Sr. Presidente, todos sabem que eu tenho o maior interesse de seguir com as votações aqui, no Plenário, diferentemente de alguns aqui que sejam, talvez a palavra exata não seja esta, mas alguns aqui que não tenham a coragem de fazer uma obstrução ostensiva. Eu, em algum momento, se for entrar em obstrução, se eu fizer obstrução, podem ter certeza de que ela será ostensiva, clara, declarada, como aqui, agora. Eu, sim, gostaria muito de seguir, mas sem tirar o mérito, a importância de todos os projetos que estão aqui para serem votados hoje, que são realmente importantes. Mas, Sr. Presidente, neste momento, enquanto não se tem uma definição de colocar em pauta para votar o projeto que vai garantir o 13º salário do funcionalismo e também o retorno do pagamento no quinto dia útil, qualquer discussão que fizermos aqui vai soar falsa, porque o servidor está recebendo, quando recebe, o salário parcelado. E aí, se ele não está podendo comprar nem arroz com feijão no prazo certo, como ele vai comprar rocambole, Sr. Presidente? Não há como. E como Lagoa Dourada é também um polo, como falou o deputado Sargento Rodrigues, que disse que é um polo moveleiro, se ele está precisando, presidente, renovar os móveis da sua casa e comprar o móvel lá, em Lagoa Dourada, como ele fará isso se ele não está recebendo o salário no dia certo? Outra coisa que é muito importante aqui: sou de Galileia, cidade às margens do Rio Doce. Já lhe falei: eu sou da roça e tenho orgulho de dizer isso – um lugar maravilhoso. E lá, há muito tempo, falavam um enigma para nós – acho que é enigma mesmo que se chama. Diziam assim: “O que é que tem focinho de porco, mas não é porco; orelha de porco, mas não é porco; pé de porco, mas não é porco; rabo de porco, mas não é porco?”. É feijoada! Só que a diferença é que o porco está morto na feijoada. Então eu pergunto à V. Exa: o que é que é obstrução, mas não é obstrução; tem atraso de votação, tem apresentação de audiência em comissão, mas não é obstrução; tem discussão utilizando todo o tempo do Plenário e das comissões, mas não é obstrução? Isso tem um nome. Também se chama obstrução covarde, porque quem está fazendo não tem coragem de mostrar a cara. E é disso que estamos falando aqui. Enquanto o deputado André Quintão, muito eloquente em defesa da sua posição pessoal, diz que vota, ele não faz vantagem nenhuma, porque todos aqui, do Partido dos Trabalhadores, falaram que votam, que votam. Só que, subrepticamente, estão utilizando o regimento para protelar a apreciação desse projeto. E olhem que não estamos falando aqui de um projeto que vai reconhecer Lagoa Dourada com o título de capital estadual do rocambole, que deve ser muito importante lá, para Lagoa Dourada, mas estamos falando aqui, Sr. Presidente, da capacidade de as famílias dos servidores públicos terem condições de honrar os compromissos do mês: de pagar leite, arroz, feijão, luz, água, telefone, escola dos filhos. É disso que estamos falando. E quando, covardemente, adota-se uma obstrução aqui, nesta Casa, velada, porque não têm coragem de colocar a cara e dizer: “Eu vou obstruir”... Porque se mostraram ao longo desses anos todos para o povo brasileiro e para o funcionalismo público como defensores dos mais fracos, como defensores dos funcionários públicos, como aqueles que são os únicos que têm a sensibilidade de reconhecer a fragilidade das pessoas, e aqui vem, descaradamente, esse Partido dos Trabalhadores, obstruir a votação de um projeto de lei que antecipa recebíveis da Codemig que possibilitarão que o governo do Estado conserte a (- Palavra expungida por determinação do presidente.), desculpem a expressão, que o Partido dos Trabalhadores fez no governo passado. Desculpem-me a expressão. Sabe por que, Sr. Presidente? Porque quem está sofrendo com isso são os trabalhadores do serviço público, são os funcionários públicos. Peço ao senhor que solicite às galerias que respeitem o meu direito de falar aqui.

O presidente – Solicito às galerias que mantenham o direito de palavra ao deputado Coronel Sandro. Todos aqui têm o direito de se manifestar, de ser ouvidos. A palavra está com o deputado Coronel Sandro. V. Exa. tem a recomposição de mais 20 segundos do seu tempo.

O deputado Coronel Sandro – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou concluir. Só queria deixar bem claro, bem claro que o Partido dos Trabalhadores está obstruindo a apreciação e a votação do Projeto de Lei nº 1.205, porque não quer que os servidores públicos de Minas Gerais recebam o salário no quinto dia nem tenham outras possibilidades de recomposição salarial. Então, que fique bem claro: não venham, com subterfúgio, dizer que são a favor, porque, neste momento, não são. Pode ser até que mudem. O líder da minoria, o deputado Ulysses, protocolou um requerimento para que o projeto passe por mais uma comissão. Isso é obstrução, Sr. Presidente. É obstrução, com uso do regimento. Muito obrigado.

O presidente – V. Exa. vai abrir mão da sua palavra? E o deputado Bruno Engler? Senão, passarei a palavra ao deputado André Quintão pelo tempo de 1 hora.

O deputado Coronel Sandro – Eu perguntaria ao senhor se é possível a gente suspender por 5 minutos para conversarmos.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Estou vendo aqui citarem o colega de todos nós, o Ulysses Gomes, e gostaria de comunicar ao Plenário a ausência desse deputado neste momento e mais cedo. O deputado está na cidade de Ubá, no enterro do pai do Riani. Então, ele teve a obrigação... É um grande companheiro aqui da Casa, o pai dele faleceu hoje e seria enterrado agora. O deputado Ulysses foi até a cidade de Ubá. Gostaria de comunicar a este Plenário a ausência do deputado Ulysses Gomes e, salvo engano, do deputado João Magalhães. Os dois estão naquela cidade representando a Assembleia. Obrigado.

#### **Suspensão da Reunião**

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 1 hora para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### **Reabertura da Reunião**

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 39 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

#### **Questão de Ordem**

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Eu pensava ali dentro com o Coronel Sandro e eu gostaria, Sr. Presidente, que fossem retiradas dos Anais da Casa algumas palavras que foram colocadas pelo Coronel Sandro.

O presidente – É regimental. Solicito à assessoria da Casa a retirada dos termos não regimentais. Questiono, como fiz anteriormente à nossa interrupção, já que têm direito à fala para discutir os deputados João Leite, André Quintão, Coronel Sandro e Bruno Engler, se os mesmos discutirão o projeto do deputado Cristiano Silveira ou se continuaremos a votação.

Portanto, com a palavra, para discutir, o deputado João Leite.

– O deputado João Leite profere discurso, que será publicado em outra edição.

O presidente – Temos um decurso de prazo. Já são 17h59min, e a nossa reunião se encerra exatamente neste horário de 17h59min, então pergunto ao deputado João Leite se ele deseja manter o seu tempo para a próxima reunião.

O deputado João Leite – Queria que mantivesse meu tempo para a próxima reunião, por favor.

O presidente – Solicito ao deputado Sargento Rodrigues que também continue as suas argumentações na próxima reunião para que nós possamos encerrar a reunião.

**Encerramento**

O presidente – Esgotada a hora destinada a esta reunião, a presidência a encerra, desconvoando a extraordinária de logo mais, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 7, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

**ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/10/2019**

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Professor Wendel Mesquita, Marquinho Lemos e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão e, a seguir, comunica o recebimento de ofícios do Sr. Bilac Pinto (7), secretário de Estado de Governo, publicados no *Diário do Legislativo* em 10/10/2019. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de articulação institucional da Secretaria de Estado de Governo, publicado no *Diário do Legislativo* em 11/10/2019. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.108/2019, no 1º turno (deputado Bosco), 5.117/2018, no 1º turno (deputado Marquinho Lemos), e 4.648/2017, no 1º turno (deputado Professor Wendel Mesquita). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 806/2019, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Bosco), e 679/2019, na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Bosco). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.153 e 3.166/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.040/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Carangola para debater a adoção de editais regionalizados para a destinação dos recursos do Fundo Estadual de Cultura, com vistas ao financiamento de projetos culturais na região da Zona da Mata;

nº 5.046/2019, dos deputados Bosco, Professor Wendel Mesquita, Marquinho Lemos e Mauro Tramonte, em que requerem seja realizada audiência pública para subsidiar a avaliação da implementação das ações do Plano Estadual de Cultura, nos termos do art. 7º da Lei nº 22.627, de 31 de julho de 2017, com debates sobre o tema "Sistema de financiamento da cultura: incentivo fiscal, Fundo Estadual de Cultura e critérios dos editais";

nº 5.047/2019, dos deputados Bosco, Marquinho Lemos, Mauro Tramonte e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja realizada audiência pública para subsidiar a avaliação da implementação das ações do Plano Estadual de Cultura, nos termos do art. 7º da Lei nº 22.627, de 31 de julho de 2017, com debates sobre o Sistema Estadual de Cultura;

nº 5.048/2019, dos deputados Bosco, Marquinho Lemos, Mauro Tramonte e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que sejam desenvolvidas ações de descentralização e implantação do Sistema Estadual de Cultura, em parceria com os municípios;

nº 5.049/2019, dos deputados Bosco, Mauro Tramonte, Marquinho Lemos e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que sejam instituídos grupos de trabalho com vistas ao planejamento das efemérides dos 300 anos da Capitania de Minas Gerais e dos 200 anos da Independência do Brasil;

nº 5.051/2019, dos deputados Bosco, Mauro Tramonte, Marquinho Lemos e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para a execução das emendas populares referentes aos eventos Mucuriarte e Festivale, aprovadas na revisão de 2019 do PPAG 2016-2019;

nº 5.052/2019, dos deputados Bosco, Mauro Tramonte, Marquinho Lemos e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre a gestão atual do Circuito Liberdade e os novos equipamentos culturais a serem a ele integrados;

nº 5.053/2019, dos deputados Bosco, Mauro Tramonte, Marquinho Lemos e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre as ações de recuperação dos documentos furtados do Arquivo Público Mineiro e as medidas para prevenção de ocorrências dessa natureza;

nº 5.054/2019, dos deputados Bosco, Mauro Tramonte, Marquinho Lemos e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o planejamento das ações e o cronograma de execução do projeto de adequação de espaços culturais relevantes para as comunidades e para o Estado às normas de segurança e de prevenção contra incêndio, notadamente sobre os editais direcionados aos museus e às igrejas;

nº 5.055/2019, dos deputados Bosco, Marquinho Lemos, Mauro Tramonte e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre o projeto de construção do memorial em homenagem às vítimas do rompimento da barragem de rejeitos de mineração em Brumadinho, idealizado pela secretaria de que é titular;

nº 5.056/2019, dos deputados Bosco, Mauro Tramonte, Marquinho Lemos e do Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre os investimentos estatais realizados na Orquestra Filarmônica de Minas Gerais e os resultados alcançados, bem como sobre os objetivos do edital Orquestra de Minas (Edital Secult Nº 1/2019);

nº 5.057/2019, dos deputados Bosco, Mauro Tramonte, Marquinho Lemos e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – pedido de informações sobre a liberação de recursos, já viabilizados por emenda parlamentar, para execução de projetos de restauração do Vapor Benjamim Guimarães, no Município de Pirapora;

nº 5.058/2019, dos deputados Bosco, Marquinho Lemos, Mauro Tramonte e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja encaminhado à presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha – pedido de informações sobre o planejamento, no que compete ao Estado, das ações de recuperação e reforma do Vapor Benjamim Guimarães, no Município de Pirapora;

nº 5.059/2019, dos deputados Bosco, Marquinho Lemos, Mauro Tramonte e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja realizada visita ao Vapor Benjamim Guimarães, no Município de Pirapora;

nº 5.060/2019, dos deputados Bosco, Mauro Tramonte, Marquinho Lemos e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja realizada audiência pública para subsidiar a regulamentação da Política Estadual de Cultura Viva, criada pela Lei nº 22.944, de 15 de janeiro de 2018;

nº 5.061/2019, dos deputados Bosco, Mauro Tramonte, Marquinho Lemos e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os direitos culturais a fim de subsidiar a avaliação da implementação das ações do Plano Estadual de Cultura, nos termos do art. 7º da Lei nº 22.627, de 31 de julho de 2017.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2019.

Bosco, presidente – Professor Wendel Mesquita – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte.

#### **ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/10/2019**

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Zé Reis, Bruno Engler, Charles Santos, Guilherme da Cunha e André Quintão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.183, 1.209/2019, no 1º turno, e 1.235/2019, em turno único (Ana Paula Siqueira), 1.224/2019, no 1º turno, e 1.215/2019, em turno único (Bruno Engler), 1.228/2019, no 1º turno, e 1.221, 1.230 e 1.234/2019, em turno único (Celise Laviola), 1.196/2019, no 1º turno, e 1.206 e 1.231/2019, em turno único (Charles Santos), 1.225/2019, no 1º turno, e 1.213 e 1.216/2019, em turno único (Dalmo Ribeiro Silva), 1.211, 1.220/2019, no 1º turno, e 1.212/2019, em turno único (Guilherme da Cunha), e 1.207/2019, no 1º turno, e 1.217, 1.218 e 1.219/2019, em turno único (Zé Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 4.797/2017 (relatora: deputada Ana Paula Siqueira) é retirado de pauta por deliberação da Comissão a requerimento do deputado Zé Reis. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 da Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2019 e do Projeto de Lei nº 1.077/2019 (relatora: deputada Celise Laviola), Projetos de Lei nºs 1.460/2015 (relator: deputado Bruno Engler), 5.021/2018 e 924/2019 (relator: deputado Charles Santos) e 1.225/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva); pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1 do Projeto de Lei nº 4.868/2017 (relator: deputado Bruno Engler); pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade dos Projetos de Lei nºs 1.228/2015 e 2.040/2015 (relator: deputado Bruno Engler); e 3.289/2016 (relatora: deputada Celise Laviola). Na fase de discussão é concedida vista ao deputado Guilherme da Cunha dos seguintes pareceres: pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 da Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2019 (relator: dep. Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição) e do Projeto de Lei nº 2.367/2015 (relator: deputado Zé Reis) e pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 736/2019 (relator: deputado Zé Reis). É adiada a votação do parecer pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 326/2019, a requerimento do deputado André Quintão. É adiada a discussão do parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 971/2015 (relator: deputado Bruno Engler), a requerimento do deputado Charles Santos. São baixados em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os seguintes Projetos de Lei: 253/2015 (relator: deputado Guilherme da Cunha) ao Instituto Estadual de Florestas e ao autor; 2.400/2015 (relator: deputado Guilherme da Cunha) ao autor; 1.179/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva) à Secretaria de Estado de Governo e à Prefeitura Municipal de Paulistas; e 1.199/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva) à Secretaria de Estado de Governo e à Prefeitura Municipal de Paula Cândido. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 4.061 e 4.166/2017 e 463, 670, 1.137, 1.144,

1.150, 1.163, 1.191, 1.192 e 1.201/2019 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.213/2019, do deputado Zé Reis, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Montes Claros para debater a falta de transporte dos alunos da rede estadual de ensino nos conjuntos habitacionais Recanto das Águas, Minas Gerais e Monte São I, II e IV, ferindo a Constituição Federal e a Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

nº 5.215/2019, da deputada Celise Laviola e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Guilherme da Cunha, Bruno Engler, Charles Santos, André Quintão e Zé Reis, em que requerem seja encaminhado ao presidente desta Casa e ao Colégio de Líderes pedido de prorrogação, até o encerramento desta sessão legislativa, do acordo de líderes que suspende o recebimento de requerimentos de perda de prazo na Comissão de Constituição e Justiça, para que a comissão possa se manifestar sobre as matérias sem comprometer o desempenho de suas atribuições.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Celise Laviola – Bruno Engler – André Quintão – Guilherme da Cunha – Charles Santos.

#### **ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/10/2019**

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater, conhecer e divulgar assuntos relacionados ao desporto para amputados com a presença de dirigentes da Associação Mineira de Desportos para Amputados – Amda-MG. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Wilma de Oliveira Dias, ex-diretora de educação especial e ex-diretora da E.E. Yolanda Martine Silva, e Lina Vitarelli Adaid Campolina, analista esportiva, representando o subsecretário de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, e os Srs. Daniel Ribeiro, advogado do Departamento Jurídico da Federação Mineira de Futebol – FMF –, representando o presidente; Helber Gurgel Carneiro, diretor da Luarenas; Marcelo de Melo Mendes, gerente do Paradesporto da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Belo Horizonte – SMEL-PBH –, representando o secretário; Tadeu Augusto Santos Mitraud, presidente da Amda-MG; Claudio Roberto Coelho, analista de Políticas Públicas de Paradesporto e Educação Física, representando o subsecretário de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Otávio Oliveira Goes, gerente técnico do Minas Arenas, representando o diretor-presidente; Gabriel Lucas Feijão, futuro atleta da Amda-MG; Icaro Andre Vieira de Jesus, atleta da Amda-MG; Rodrigo Otavio Cunha Mitraud, diretor da Amda-MG; Angelo Andrade Pereira, diretor financeiro da Amda-MG; e Maninho Félix, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte. A presidência concede a palavra ao deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2019.

Duarte Bechir, presidente – Zé Guilherme – Professor Cleiton.

**ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/10/2019**

Às 14h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Vítor Xavier, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.296/2019, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Governo e de Planejamento e Gestão e ao advogado-geral do Estado pedido de informações sobre os procedimentos que o Estado está adotando para efetivar a antecipação dos recursos de nióbio e venda da Codemig, as respostas aos questionamentos contidos nos itens “i” a “viii” do Processo nº 1.040.662 e a documentação requerida nesses itens;

nº 5.297/2019, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o que está sendo pago pela Vale S.A. e pela Samarco S.A. como contrapartida pelos desastres e crimes ambientais de Brumadinho e Mariana e em decorrência das multas aplicadas à empresa em razão de irregularidades em suas barragens;

nº 5.299/2019, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública para debater a aplicação dos recursos pagos pela Vale S.A. e pela Samarco S.A. como contrapartida pelos desastres de Brumadinho e Mariana e em decorrência das multas relacionadas às irregularidades em barragens das empresas;

nº 5.300/2019, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com a presença do Sr. José Alves Viana, vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e relator do Processo Nº 1.040.662, os procedimentos que o Estado está adotando para antecipação dos recursos do nióbio e venda da Codemig, as respostas aos questionamentos contidos nos itens “i” a “viii” do referido processo e a documentação requerida nesses itens, fundamentais para subsidiar a tramitação do Projeto de Lei nº 1.205/2019;

nº 5.302/2019, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado pedido de informações sobre a Representação nº 1.040.662, na qual se requer a determinação de diligência a fim de proceder ao controle externo dos procedimentos que o Estado está adotando para antecipação dos recursos do nióbio e venda da Codemig, com envio a esta Casa das respostas aos questionamentos contidos nos itens “i” a “viii” da referida representação e da documentação requerida nesses itens, fundamentais para subsidiar a tramitação do Projeto de Lei nº 1.205/2019.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2019.

Repórter Rafael Martins, presidente – Guilherme da Cunha – Laura Serrano.

**ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
19ª LEGISLATURA, EM 30/10/2019**

Às 14h3min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Carlos Pimenta, membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a

aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência de convidados, proceder à entrega de diploma referente ao voto de congratulações com a Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde – Ampasa – pela comemoração dos seus 15 anos de história. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Gilmar de Assis, presidente da Ampasa. A presidência concede a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao convidado, para que faça suas exposições. Em seguida, o presidente e o deputado Dalmo Ribeiro fazem a entrega do diploma referente aos votos de congratulações ao convidado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2019.

Carlos Pimenta, presidente – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista.

#### **ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/10/2019**

Às 15h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Léo Portela, Professor Irineu e Cleitinho Azevedo, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado João Vítor Xavier. Havendo número regimental, o presidente, deputado Léo Portela, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 5.021/2018, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Cleitinho Azevedo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projetos de Lei nº 444/2019 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Léo Portela em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 5.374/2018 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Professor Irineu, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.187, 3.199, 3.202 e 3.521/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.460, 4.461, 4.557, 4.630, 4.631, 4.632, 4.654, 4.682, 4.714, 4.723, 4.758, 4.789, 4.794, 4.803, 4.804 e 4.805/2019.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.921/2019, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública para debater o funcionamento do Aeroporto Carlos Prates, em Belo Horizonte, e as alternativas possíveis e necessárias à segurança dos voos domésticos e da população local;

nº 5.217/2019, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para consertar o trecho da estrada que liga o Município de Porteirinha a Riacho dos Machados, próximo ao Distrito de Mocaminho, uma vez que o trecho está bastante esburacado e causando vários acidentes graves;

nº 5.227/2019, do deputado Zé Reis, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Montes Claros, para debater a falta de transporte dos alunos da rede pública estadual nos conjuntos habitacionais Recanto das Águas, Minas Gerais, Monte São I, II e IV, no Município de Montes Claros, considerando-se que existem aproximadamente 800 alunos sem acesso ao transporte público há mais de seis meses;

nº 5.303/2019, do deputado Léo Portela, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Itabira para tratar de assuntos relacionados a diversas modificações, problemas e intervenções na Rodovia MG-120.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2019.

Léo Portela, presidente – Professor Irineu – Celinho Sintrocel – Cleitinho Azevedo.

#### **ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 31/10/2019**

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados André Quintão (substituindo a deputada Andréia de Jesus, por indicação da liderança do BDL) e Gustavo Santana (substituindo a deputada Leninha, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 5.322/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Cb. PM Juliana Lemes da Cruz pela coordenação do Projeto Mulher Livre de Violência –Mulheres do Cedro. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2019.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire – Elismar Prado.

#### **ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/11/2019**

Às 14h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados João Magalhães, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Registra-se a presença da deputada Celise Laviola e dos deputados Osvaldo Lopes, Leonídio Bouças e Gil Pereira. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator deputado João Magalhães, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.205/2019 são apresentadas as Propostas de Emendas nºs 1 e 2, dos deputados Zé Reis e Carlos Henrique, respectivamente. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvos as propostas de emenda. Submetidas a votação, são rejeitadas as Propostas de Emendas nºs 1 e 2. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2019.

João Magalhães, presidente – Osvaldo Lopes – Beatriz Cerqueira – Leonídio Bouças – Roberto Sargento Rodrigues.

**ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/11/2019**

Às 18h45min, comparece no Auditório da Una Contagem a deputada Andréia de Jesus, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as violações dos direitos humanos em Contagem no que se refere ao direito à cidade, em especial à qualidade de vida e ao bem viver, ao acesso ao lazer e ao espaço público, ao meio ambiente urbano e aos equipamentos sociais e culturais. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Marília Palhares Machado, conselheira de Arquitetura e Urbanismo no Conselho Municipal de Patrimônio de Contagem; e Rosa Caroline de Oliveira, representante do Coletivo Conectando a Cidade; e os Srs. Marcus Vinicius de Freitas, gerente de Proteção Ambiental Estadual do Parque Fernão Dias; Anderson Cunha Santos, coordenador pedagógico da Escola Municipal Polo de Educação Integrada Poieint Barreiro; e Rafael Luiz Aquino, coordenador de projetos da Associação Cultural Move Cultura. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2019.

Leninha, presidenta – Betão – André Quintão.

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/11/2019**

Às 14h19min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e Elismar Prado (substituindo a deputada Andréia de Jesus, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.392/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a utilização de processos de mediação e conciliação para resolver questões envolvendo a violência contra as mulheres;

nº 5.393/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – pedido de providências para que os novos defensores públicos do concurso que se encontra em andamento nessa defensoria sejam nomeados prioritariamente para Núcleos de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem –, haja vista o aumento nos índices de violência contra as mulheres no Estado;

nº 5.394/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações acerca do cronograma que viabilizará o cumprimento do art. 98 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014, que obriga que, até 2022, todas as comarcas deverão contar com um defensor público;

nº 5.395/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para ampliar o quadro de defensores públicos, de forma a cumprir o art. 98 do Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda à Constituição da República nº 80, de 2014, que estabelece que, até 2022, todas as comarcas deverão contar com um representante da Defensoria Pública do Estado;

nº 5.396/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que realize suplementação orçamentária em favor da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – possibilitando que a instituição nomeie os excedentes do concurso público que se encontra em andamento (VIII Concurso Público para nomeação de defensores públicos), tendo em vista que, das 296 comarcas do Estado, 185 ainda não contam com defensores públicos e que foi aprovado um dispositivo constitucional segundo o qual, até 2022, todas as comarcas devem contar com um representante da DPMG.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, realizada em 30/10/2019, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2019.

Marília Campos, presidenta.

## **RELATÓRIO DE VISITA**

### **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

#### **Local visitado: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais**

#### **Apresentação**

Atendendo ao Requerimento em Comissão nº 4.597/2019, de autoria das deputadas Marília Campos, Leninha e Andréia de Jesus, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 30/10/2019, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG – para avaliar a reestruturação dos Núcleos de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem – no Estado.

Participou da visita a deputada Marília Campos, acompanhada de Gério Patrocínio Soares, defensor público-geral da DPMG; Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, defensora pública chefe de gabinete do defensor público-geral; Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, defensora pública da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG; Samantha Vilarinho Mello Alves, defensora pública do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem; Renata Salazar Botelho Guarani, defensora pública do Nudem; Alice Neto de Almeida, assessora jurídica do Consórcio Mulheres das Gerais; Fernanda Perpétuo, assessora jurídica do Consórcio Mulheres das Gerais; Maria Izabel Ramos, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; Rogéria Sampaio, integrante do Conselho da Mulher de Ribeirão das Neves; Daniela Tiffany Prado de Carvalho, Marcela Menezes e Hamilton Reis, assessores da deputada Marília Campos; e Débora Antoniazzi Del Guerra, assessora da deputada Andréia de Jesus.

#### **Relato**

O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, a defensora pública chefe de gabinete do defensor público-geral, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, a defensora pública da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, e a defensora pública do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem –, Samantha Vilarinho Mello Alves, receberam a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e todos foram encaminhados para uma sala de reuniões.

A deputada Marília Campos informou que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher escolheu a luta contra o feminicídio como tema central da agenda política de 2019. Em seguida, explicou que a comissão já visitou diversas delegacias de mulheres localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte para conhecer a situação desses espaços públicos. A deputada convidou a todos para a solenidade que ocorrerá na Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG – para o lançamento de

publicação que conterà os relatórios das citadas visitas técnicas às delegacias. A parlamentar esclareceu que, nessas visitas, ficou constatado que em diversas comarcas não há defensores públicos, mesmo nos municípios próximos à capital. Já nas comarcas visitadas que possuem defensores públicos, constatou-se grande limitação de pessoal, chegando ao ponto de o defensor ter que escolher entre atender a mulher vítima de violência ou atender o agressor, que, por lei, também tem o direito de ser assistido por um defensor público. A deputada também pontuou que restou constatado grande desentrosamento entre instituições e dentro dos próprios órgãos públicos que atuam na resolução das questões referentes à violência contra as mulheres. Segundo ela, nos casos de violência contra a mulher, além da situação criminal, é necessária uma resolução sob o ponto de vista cível, como estipulação de guarda de filhos e valores referentes a pensão alimentícia, e o desentrosamento chega ao ponto de até mesmo varas de família atuarem de forma contraditória às varas especializadas de violência contra a mulher.

Rogéria Sampaio, integrante do Conselho da Mulher de Ribeirão das Neves, afirmou que no município há apenas três defensores públicos para atender toda a demanda, que, segundo ela, é muito grande. Afirmou que, de maneira equivocada, casos de violência contra as mulheres que são considerados mais leves estão sendo encaminhados para o Juizado Especial Criminal, quando o correto seria o encaminhamento para as varas criminais especializadas em violência contra a mulher.

Maria Izabel Ramos, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, apresentou o preocupante aumento do número de feminicídios em 2019. Segundo ela, somente em Belo Horizonte ocorreu um aumento de 300% no primeiro semestre de 2019. Sendo assim, a demanda por atendimentos no Nudem aumentou bastante, contudo o núcleo ainda conta com as mesmas quatro defensoras públicas. Requereu ao defensor público-geral a alocação de mais defensoras públicas no Nudem de Belo Horizonte, haja vista a existência de vagas.

Samantha Vilarinho Mello Alves, defensora pública do Nudem, confirmou que, realmente, a demanda de atendimentos no núcleo aumentou bastante em 2019. Citou que participou da capacitação dos servidores que atuam na Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres – Deam – de Belo Horizonte, oportunidade em que orientou os policiais civis a encaminharem para o Nudem as mulheres que não possuem condições de contratar um advogado particular. Segundo a defensora, tal orientação não era dada de forma clara às mulheres que procuravam atendimento na Deam de Belo Horizonte. Assim, após essa orientação, o número de atendimentos por encaminhamento da Deam aumentou bastante. Relatou que, neste ano, uma das assistidas que estava sendo atendida pelo Nudem foi assassinada pelo companheiro. Nesse caso trágico, as medidas protetivas já haviam sido deferidas pelo Poder Judiciário, contudo o agressor não havia sido encontrado para ser cientificado formalmente da decisão judicial. Relatou grande sobrecarga de trabalho das defensoras públicas lotadas no Nudem e afirmou que elas estão trabalhando no limite de suas capacidades, já havendo comprometimento da saúde física e mental das defensoras.

Fernanda Perpétuo, assessora jurídica do Consórcio Mulheres das Gerais, ressaltou que, embora o Nudem de Belo Horizonte esteja passando pela sobrecarga citada, em muitas comarcas do Estado nem mesmo existem esses núcleos e, em tantas outras, não há sequer representante da Defensoria Pública.

O defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, esclareceu que: a instituição conta com 637 defensores públicos, distribuídos em 111 comarcas em todo o Estado; 185 comarcas ainda não contam com nenhum defensor público; o número de comarcas que possuem Nudem é bem reduzido; o Nudem de Belo Horizonte possui quatro defensoras públicas, o que é considerado um quadro robusto; para aumentar o número de defensores públicos é necessário realizar concursos públicos, que, por sua vez, dependem de aumentos de orçamento da DPMG; a última nomeação de defensores públicos foi realizada pelo governador Fernando Pimentel e, desde então, 60 defensores se aposentaram ou foram exonerados; está em andamento um concurso público que será finalizado até maio de 2020, para provimento de 30 novos cargos de defensor público; para nomear excedentes, ou seja, para que o concurso público nomeie mais do que os 30 defensores públicos, é necessário aumentar o orçamento da instituição; o concurso que está em andamento não suprirá nem mesmo a demanda dos defensores públicos que já se aposentaram nos últimos anos; a Emenda à

Constituição da República nº 80, de 2014, que deu nova redação ao art. 98 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelece que, até 2022, todas as comarcas deverão contar com um defensor público. Afirmou que a instituição, como forma de tornar mais eficiente a atuação dos defensores públicos frente ao quadro reduzido, vem atuando em mediação e conciliação de conflitos, que consiste em tentar resolver a demanda que aporta à DPMG sem a necessidade de judicializar a situação. Acredita que os órgãos estaduais que atuam com a violência doméstica deveriam estar integrados em um só local, nos moldes do que já ocorre com as situações envolvendo crianças e adolescentes autores de atos infracionais, e que a instituição tem buscado a eficiência e o aprimoramento de suas atividades, sendo o mais recente exemplo disso o edital para a contratação de estagiários que estejam cursando pós-graduação.

Daniela Tiffany Prado de Carvalho, assessora da deputada Marília Campos, ressaltou sua preocupação com a utilização de processos de mediação e conciliação para resolução de questões envolvendo a violência contra as mulheres. A preocupação da assessora foi corroborada por Maria Izabel Ramos, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, e por Alice Neto de Almeida, assessora jurídica do Consórcio Mulheres das Gerais. A deputada Marília Campos propôs, então, que o tema fosse debatido em audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. O defensor público-geral concordou e ressaltou a importância do diálogo para a obtenção de avanços na política de enfrentamento da violência contra a mulher.

### Conclusão

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo avaliado a reestruturação dos Núcleos de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem – no Estado.

Em decorrência da visita foram apresentados requerimentos com o seguinte teor:

– realização de audiência pública da comissão para debater a utilização de processos de mediação e conciliação para resolução de questões envolvendo a violência contra as mulheres;

– pedido de providências ao defensor público-geral para que, na nomeação dos novos defensores públicos do concurso que se encontra em andamento (VIII Concurso Público da DPMG), seja dada prioridade para nomeá-los em núcleos de defesa dos direitos da mulher em situação de violência – Nudem –, haja vista o aumento nos índices de violência contra as mulheres no Estado;

– pedido de providências ao governador do Estado para ampliar o quadro de defensores públicos, de forma a cumprir o art. 98 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda à Constituição da República nº 80, de 2014, que estabelece que, até 2022, todas as comarcas deverão contar com um representante da Defensoria Pública do Estado;

– pedido de informações ao secretário de Estado de Governo acerca do cronograma que viabilizará o cumprimento do art. 98 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda à Constituição da República nº 80, de 2014, que estabelece que, até 2022, todas as comarcas deverão contar com um defensor público;

– pedido de providências ao governador do Estado para que realize suplementação orçamentária em favor da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – possibilitando que a instituição nomeie os excedentes do concurso público que se encontra em andamento (VIII Concurso Público da DPMG), considerando que, das 296 comarcas do Estado, 185 ainda não contam com defensores públicos, bem como a obrigação constitucional de, até 2022, todas as comarcas contarem com um representante da DPMG.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2019.

Marília Campos, relatora.

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/11/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei n°s 309/2015, do deputado Arlen Santiago; 1.069/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.938/2015, do deputado Elismar Prado; 3.678/2016, do deputado Agostinho Patrus; 3.967/2016, do deputado Cristiano Silveira; 3.982/2017, do deputado Cássio Soares; 4.008/2017, do deputado Duarte Bechir; 4.044/2017, do deputado Cássio Soares; 4.112/2017, do deputado Noraldino Júnior; 4.426 e 4.455/2017, do deputado Gustavo Santana; e 5.487/2018 e 1.069/2019, do deputado João Magalhães.

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 908/2019, do deputado Doutor Paulo; 4.160/2017, da deputada Ione Pinheiro; 5.110/2018, do deputado Hely Tarquínio; 5.374/2018, do deputado Neilando Pimenta; 545/2019, da deputada Beatriz Cerqueira; e 753/2019, do deputado Raul Belém.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 3.266, 3.284 e 3.286/2019, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 14 horas do dia 8 de novembro de 2019, destinada a comemorar os 80 anos da Associação Mineira de Cronistas Esportivos – AMCE.

Palácio da Inconfidência, 7 de novembro de 2019.

Agostinho Patrus, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****REQUERIMENTOS**

Nº 3.716/2019, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a direção da Escola Estadual Padre Américo pelos 90 anos dessa instituição. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.717/2019, do deputado Zé Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações com o jornalista Luiz Ribeiro pelo esforço em chamar a atenção da população e das autoridades para a falta de transporte escolar para cerca de 1.125 alunos da rede estadual de ensino, moradores dos conjuntos habitacionais Recanto das Águas, Minas Gerais e Monte Sião 1, 2 e 4, em Montes Claros. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 3.720/2019, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Flávio Santos por sua recondução ao cargo de diretor-geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Cefet-MG – para o período 2019-2023. (– À Comissão de Educação.)

Nº 3.721/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre qual órgão ou entidade do governo detém atualmente a propriedade do Minascentro e se a eventual privatização da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, conforme Projeto de Lei nº 1.203/2019, do governador do Estado, afetaria a propriedade do referido espaço. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.722/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Sérgio Moreira pela posse como presidente da Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo do Estado de Minas Gerais – Abrajat-MG. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 3.723/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de providências para que seja analisada a possibilidade de se mover ação judicial para suspender a repressão ao transporte intermunicipal em táxis e vans. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 3.724/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Alexandre Kalil, prefeito municipal de Belo Horizonte, pelo reconhecimento, pela Unesco, de Belo Horizonte como Cidade Criativa da Gastronomia. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 3.725/2019, do deputado Doutor Paulo, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Pouso Alegre Futebol Clube pela conquista do Campeonato Mineiro de Futebol de 2019 da Segunda Divisão. (– À Comissão de Esporte.)

Nº 3.726/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Grupo Santa Casa BH por ter sido eleito, no anuário Época Negócios 360º, a melhor empresa de saúde do Brasil em 2019, ficando, também, em 10º lugar na classificação geral das melhores empresas do Brasil. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 3.727/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para seja enviada a esta Casa mensagem referente ao Projeto de Lei nº 1.205/2019, assegurando-se que, se o referido projeto for aprovado por esta Casa, o Executivo terá fluxo de caixa suficiente para colocar os salários dos servidores em dia, acabando com o parcelamento, e para pagar o 13º salário em uma única parcela, conforme o próprio governador vem salientando via imprensa.

Nº 3.728/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o Projeto de Lei nº 1.205/2019, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios de titularidade do Estado relacionados com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, uma vez que o referido projeto requer autorização legislativa para a venda de ativos até o ano de 2032 sem, contudo, trazer qualquer relatório de impacto, sendo fundamental a apresentação dos seguintes dados para que seja votado na comissão: o valor que o Estado deixará de arrecadar até 2032 se o projeto for aprovado; o valor que receberá pela venda de tais créditos até 2032; a projeção de valor, ano a ano, que o Estado teria direito de receber caso o projeto não fosse aprovado; e de quanto o governo do Estado necessita para regularizar o pagamento de salários e pagar em dia o 13º, informações essas referentes aos valores decorrentes dos direitos econômicos a que o Estado faz jus em relação às ações de emissão da Codemig, inclusive dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições ao Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.729/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento pedido de informações sobre o modelo administrativo que será adotado no Hospital Regional Antônio Dias, em Patos de Minas, especificando-se se os servidores serão os que trabalham atualmente na instituição, se serão servidores públicos ou privados, quais alterações e impactos eles sofrerão e como será o contrato de gestão do referido hospital. (– À Mesa da Assembleia.)

**COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA**

– O presidente, na 103ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 7/11/2019, leu a seguinte comunicação:

**“Comunicação da Presidência**

A presidência informa ao Plenário que foi aprovado, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, o Requerimento nº 3.727/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.”.

**ACORDO DE LÍDERES**

– O presidente, na 103ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 7/11/2019, acolheu e determinou o seguinte Acordo de Líderes:

**“ACORDO DE LÍDERES**

A totalidade dos líderes com assento nesta Casa acordam seja prorrogado até o dia 20/11/2019 o prazo para recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 1.165/2019, que atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI; ao Projeto de Lei nº 1.166/2019, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2020-2023; e ao Projeto de Lei nº 1.167/2019, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020, todos do governador do Estado.

Sala das Reuniões, 7 de novembro de 2019.

Gustavo Valadares – Cássio Soares – Sávio Souza Cruz – André Quintão – Inácio Franco – Ulysses Gomes.”.

**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA**

A presidência acolhe o acordo e determina seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 7 de novembro de 2019.

Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente no exercício da presidência.

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/11/2019**

O deputado André Quintão\* – Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que acompanham os trabalhos da TV Assembleia, hoje é uma data que precisa ser lembrada, mas é uma data muito triste para o Estado de Minas Gerais, para as famílias mineiras, para todos aqueles que moram ao longo da Bacia do Rio Doce, para as famílias que tiveram vidas perdidas com a barragem de Fundão, em Mariana. Refiro-me ao rompimento, à tragédia criminosa da Vale, da Samarco, que ocorreu exatamente há quatro anos.

Nós estamos aqui, primeiro, para sempre lembrar e também buscar confortar as famílias que tiveram vidas – como se diz – perdidas, que perderam as suas casas, o seu convívio, o seu *locus* de geração de renda, de construções afetivas, culturais, simbólicas, todos aqueles que tiveram prejuízos econômicos, aqueles que sofrem com as consequências ambientais em toda a Bacia do Rio Doce. E Mariana foi sucedida pela também tragédia criminosa da Vale, em Córrego do feijão, em Brumadinho, com 270 vítimas, dois nascituros, além de perdas econômicas e ambientais imensuráveis.

Ao lembrarmos aqui, hoje, essa data, nós verificamos que temos um longo trabalho a realizar. No caso específico de Mariana e Bacia do Rio Doce, nós tivemos erros inadmissíveis no processo de reparação. Nós convivemos hoje com uma fundação, a

Fundação Renova, com uma complexa governança, com um alto custo de manutenção e funcionamento e poucas entregas para aqueles que deveriam ser os mais importantes: aqueles que sofreram as consequências da tragédia criminosa. Nenhuma casa foi sequer construída. Um processo de reparação moroso.

Hoje, a mídia, a imprensa mineira estampou em manchetes que a Renova está de posse de um estudo contratado por ela, entregue ao governo de Minas, com uma contaminação pesada, atingindo famílias e moradores da região. Inclusive, eu queria aqui, através de gestos e ações práticas, externar a nossa preocupação. Eu e a deputada Beatriz apresentamos um requerimento à Comissão de Direitos Humanos. Peço o apoio da deputada Leninha e da deputada Andréia de Jesus, que são integrantes dessa importante comissão, para que a gente aprove, em regime de urgência, e faça uma audiência pública para cobrar da Renova e do governo de Minas a explicitação desse laudo, desse relatório. Pessoas estão submetidas a um nível de contaminação muito acima do permitido. Um estudo foi feito no ano passado, e nós já estamos no final deste ano. Imagine você submeter famílias durante quase um ano a níveis de contaminação por metal pesado! Então, nós já apresentamos esse requerimento e esperamos realizar essa audiência.

A questão social, a questão ambiental, o processo de impunidade que paira no pós-Mariana... Precisou ocorrer outra tragédia criminosa, como a de Brumadinho, para que nós pudéssemos avançar em legislações. Em fevereiro, a Assembleia fez a sua parte: aprovou uma lei de segurança de barragens, que hoje é considerada um modelo a ser seguido e adotado no País. Com atraso, diga-se de passagem, mas a aprovamos nesta legislatura, rapidamente, e tivemos a oportunidade de, após essa aprovação, formar uma CPI que durou seis meses e apontou que a tragédia criminosa poderia ter sido evitada e os danos, principalmente humanos, atenuados.

Porque um plano de ação de emergência em Brumadinho previa a chegada da lama, em até 60 segundos, ao trecho 1, e rotas de fuga em que as famílias levariam, no mínimo, de 5 a 10 minutos para escaparem da lama. Então, não era um plano de ação de emergência, era um atestado de óbito coletivo.

Infelizmente, a maior parte das 270 pessoas tiveram a vida ceifada exatamente naquele trecho ou no trecho 2, onde as sirenes não funcionaram ou não foram acionadas. Além de laudo falso, além de fraturamento hidráulico em junho de 2018, medição de radares que mostravam anomalias no maciço da barragem. Então, a Vale sabia da instabilidade da barragem e não tomou nenhuma providência.

E aí, Mariana e Brumadinho revelam o descaso dessas mineradoras com uma política de respeito à vida, colocando sempre o lucro em primeiro lugar. Nunca o princípio da precaução, nunca a discussão ambiental, popular, de respeito aos trabalhadores. Sempre uma perseguição obsessiva pelo máximo lucro. Isso levou a Mariana, levou a Brumadinho. Esperamos que agora, na situação de Brumadinho, com esse trabalho integrado...

Hoje mesmo deve estar sendo votado o relatório da CPI da Câmara dos Deputados, com o trabalho que o Senado já fez e também a Câmara de Vereadores de BH, com o trabalho dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, Polícia Civil e Polícia Federal, com o apoio da mídia, que contribuiu muito, e com as ações de monitoramento das recomendações.

Como relator da CPI aqui, na Assembleia, ficou muito claro para mim que temos que aprender com Mariana e não repetir os erros. O processo de reparação em Mariana foi e está sendo equivocados. Alteramos a parte da legislação. A CPI recomendou novas alterações. Hoje tivemos uma importante conquista na Comissão de Constituição e Justiça: o projeto de lei da CPI que altera a taxa de fiscalização de recursos minerais. E aqui eu aproveito para agradecer muito ao deputado Charles Santos, que foi o relator.

Acabamos de aprovar, na Comissão de Constituição e Justiça, um parecer, porque hoje as mineradoras, independentemente de fazerem a disposição de rejeitos de forma ambientalmente adequada ou não, todas elas têm 60% de desconto na taxa de fiscalização de recursos minerais. Então, nós deixamos mais explícita a cobrança da taxa sobre a exploração do ouro, do nióbio, e vinculamos esse desconto somente nos casos de disposição ambientalmente adequada.

Agradeço ao deputado Charles Santos que deu parecer em tempo recorde. Aprovamos na CCJ. É um compromisso do deputado Agostinho Patrus, presidente da Assembleia, a aprovação dos projetos oriundos da CPI este ano, na Assembleia. Solicitei ao

deputado Guilherme da Cunha, relator do Plano Estadual de Atingidos por Barragens, que a gente possa, na semana que vem, apreciar na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ – esse outro projeto. O presidente da Assembleia instituiu um grupo de trabalho que identificou as prioridades de acompanhamento.

Então, estamos criando, junto com a CPI da Câmara e com os demais órgãos, um fórum de acompanhamento, uma espécie de observatório das recomendações das CPIs – e a Assembleia já criou o seu grupo de trabalho –, porque essa é uma obrigação nossa com as famílias que perderam 270 pessoas, lembrando que 18 corpos ainda não foram encontrados. Nós não podemos permitir que a impunidade que pairou sobre Mariana paire sobre Brumadinho. Nós não podemos repetir um modelo de reparação que não reconhece o protagonismo das famílias atingidas.

Portanto é muito importante que esse compromisso reiterado aqui hoje seja permanente, porque essas tragédias criminosas, ambientalmente, como foi o caso de Mariana, e humana tão profunda, como foi a de Brumadinho, não podem continuar. Mas, infelizmente, existem centenas de barragens que ainda não têm a fiscalização adequada. Por isso nós temos que incluir, no Plano Plurianual de Ação Governamental e na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, mecanismos que vinculem a utilização da Taxa de Fiscalização de Recursos Minerários no Sisema, no sistema ambiental de Minas Gerais, porque não adianta aprimorarmos a cobrança das taxas e esses recursos caírem no caixa único e não serem utilizados para aprimorarem a fiscalização.

Então, nós estamos aqui, na Assembleia, com esse grupo de trabalho, elencando as prioridades, acompanhando as prioridades. Brumadinho não vai cair no esquecimento; Mariana não vai cair no esquecimento. Essa denúncia de hoje foi muito grave, pois fala de pessoas e famílias que estão sendo contaminadas por metais pesados e de um estudo aguardando outro estudo do governo por meses e a população sem ter conhecimento. É desrespeito atrás de desrespeito, quando a gente ouve representações do próprio governo do Estado dizendo que aquilo em Brumadinho foi uma fatalidade. Não foi fatalidade. Nós fizemos uma CPI séria na Assembleia. A Vale sabia da instabilidade daquela barragem e submeteu centenas de trabalhadores e pessoas a um rompimento abrupto.

Então, é muito importante que os órgãos de investigação, de justiça, funcionem. Ninguém traz de volta uma vida humana perdida. Isso é irreparável. Mas as famílias querem justiça – as famílias de Mariana, de Bento Rodrigues, de Brumadinho. As famílias querem aperfeiçoamentos legislativos, querem o apoio necessário para reconstruírem as suas vidas. E a Assembleia vai perseguir esses objetivos, objetivos de não deixar que a impunidade paire, de que as reparações e indenizações aconteçam da maneira mais justa possível, de que as legislações sejam aperfeiçoadas, de que os órgãos de governo funcionem de maneira mais adequada.

Mas, neste dia 5 de novembro, em que se completam quatro anos da tragédia criminoso em Mariana, nós estamos aqui também para dizer às famílias atingidas que perderam familiares, amigos em Mariana e Brumadinho: o compromisso da Assembleia é inarredável, é um compromisso que vai além de um deputado, de deputados e deputadas da CPI. Eu tenho certeza de que é um compromisso institucional da nossa Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta\* – Meu caro presidente da Assembleia, deputado Antonio Carlos Arantes, na sua pessoa, quero cumprimentar as deputadas aqui presentes e os deputados. Trago meu cumprimento especial aos jornalistas que cobrem os nossos trabalhos e às pessoas que estão sempre presentes aos trabalhos da Assembleia Legislativa.

Presidente, tenho dois assuntos a serem tratados nesta tarde. Primeiro assunto: eu gostaria de lembrar um fato histórico que aconteceu e que gerou até mesmo a expressão que falamos: “Isso é presente de grego”. Já ouviu falar em presente de grego, Cleitinho? (- Intervenção fora do microfone.) Pois é, o presente de grego é aquele que ninguém quer receber, e nós estamos vivendo uma situação muito séria no Norte de Minas: a falta de chuva, a seca que assola a nossa região. E o governo de Minas, de repente, resolveu fazer uma distribuição de caixas d’água para os municípios levarem para as comunidades rurais, para os povoados, para os distritos e até mesmo para os pequenos municípios em que faltam caixas d’água de 20 mil litros.

É um presente aparentemente razoável, importante para nós. E eis que eu faço a indicação de alguns municípios que tinham me pedido. Depois de algum tempo, ligo para alguns prefeitos e pergunto-lhes se já foram buscar as caixas d'água – se já foram buscar, não, se já as receberam nos seus municípios. Alguns deles, ou a totalidade me diz: “Ah, não vou buscar, não. É uma caixa d'água, e você tem que sair lá do Norte de Minas, lá do Sul de Minas, lá da sua Divinópolis, Cleitinho, andando centenas de quilômetros, para buscar essas caixas lá em Ipatinga”.

O frete de cada caixa d'água, que foi o presente do governo do Estado para os municípios, fica em R\$9.000,00 – são R\$9.000,00. A pessoa tem que andar, lá do Norte, 800km, 900km, 1.000km, e o frete em média fica em torno de R\$9.000,00. Eu estava hoje fazendo uma pesquisa lá na Leroy Merlin, no *site* de compra Mercado Pago, Mercado Livre e vi que hoje você recebe uma caixa d'água de 20 mil litros, de fibra de vidro – uma caixa boa, com tampa, para evitar a contaminação pelo *Aedes*, a proliferação do *Aedes* –, lá no município, por R\$6.800,00.

Diante de situações iguais a essa, a gente não consegue entender aonde o governo quer chegar. Você mesmo deve ter recebido algumas caixas d'água. Não é para você, não, Antonio Carlos Arantes; é para você mandar para as prefeituras. Não conheço nenhum prefeito que foi buscar essas caixas d'água.

Quero fazer um apelo ao governo de Minas, ao governador, que tem desenvolvido uma campanha interessante nas redes sociais, postando pequenos filmes, fazendo pequenas postagens muito bem-feitas por sinal, falando sobre a sua vida, sobre a economicidade que ele tem na sua vida. No de hoje, na parte da manhã, ele fala sobre as privatizações, sobre o compromisso que o governo tem com os municípios. Eu acho que o governo precisa tomar conta desses programas. O governo é bem-intencionado, o que não canso de repetir aqui. Já disse isso várias vezes.

Particularmente, depois de sofrer na pele, durante quatro anos, com essa equipe passada, do governador passado, pois foi um governo desastroso para Minas Gerais o governo Pimentel; depois de sofrer durante quatro anos, esperávamos que o governo Zema, com essa proposta nova, com esse jeito novo de governar, com essa vontade de ter as pessoas certas nos lugares certos... Ao apresentar um programa dessa natureza, tem de ter o cuidado de analisar os programas na sua amplitude, no seu todo. Não basta anunciar que o governo vai distribuir caixas d'água para poder minorar o problema da seca na nossa região.

Vejo aqui alguns deputados votados no Norte de Minas e no Jequitinhonha, como o deputado Doutor Jean, como a deputada Leninha. Vejo alguns deputados que trabalham lá na nossa região também. A gente sabe da dificuldade pela qual estamos passando. Não é fácil o prefeito mandar buscar duas caixas d'água, três caixas d'água lá em Ipatinga, morando em Itaobim, meu caro Jean, pagando R\$9.000,00 só de transporte dessa caixa d'água, fora a logística de sua instalação. É um presente de grego. É um presente que ninguém quer. Isso não custa nada para o governo do Estado, é ínfimo. O governo do Estado deve ter tantos caminhões parados nessas secretarias. Deve ter uma logística de transporte bem mais ágil, bem melhor que os prefeitos. Pode falar que está mandando encaminhar para a Prefeitura de Montes Claros, para a prefeitura de qualquer uma das cidades duas caixas d'água, três caixas d'água. Serão bem-vindas!

Agora, mande autorização para a prefeitura pegá-las lá na Usiminas, em Ipatinga. Ora, eu não entendo essa logística, não entendo o que está acontecendo. Não é assim que se faz o programa de abastecimento humano, de abastecimento das cidades que estão sofrendo com estiagem, com essa falta de água. As prefeituras estão quebradas. Todas as prefeituras de Minas Gerais têm dinheiro a receber do governo do Estado, seja de ICMS, seja de IPVA, seja de saúde. O governo já é devedor das prefeituras. Agora vêm com esse programa de presentear os municípios com caixas d'água de 20 mil litros, sendo que a prefeitura tem de ir a Ipatinga buscá-las. Depois, tem de arcar com a instalação dessas caixas d'água. Isso não se faz. Quando você está combatendo ou convivendo com a seca, que há pouco tempo era específica do Norte de Minas e hoje a vemos no Sul, e vemos também barragem secando, Três Marias secando, no Triângulo Mineiro, no Jequitinhonha, na Zona da Mata. Um programa como esse precisa ser lançado e ter uma sequência, pessoas que conheçam o que estão fazendo, o que estão falando. Na nossa região, 85% dos nossos córregos e rios já

secaram, 85% dos pequenos rios já secaram, não há mais água correndo não, Cleitinho. O povo está passando sede. Lá, o pessoal briga por causa de um copo d'água. As pessoas precisam ser respeitadas. Não é assim que se trata municípios, seres humanos, cidades que têm dinheiro a receber da mão do governo do Estado e ser tratado nessa forma de deboche? Isso é um deboche com a nossa população, com os nossos municípios. Então, fica meu apelo.

A região nossa tem programa, a Área Mineira da Sudene. Temos à frente do Idene aqui, em Belo Horizonte, o Dr. Nilson Borges, camarada de primeira linha, um cara que conhece a nossa região, é da região, sujeito acessível – você liga para ele, e ele lhe dá o retorno –, mas ele fica com as mãos atadas, por que o que ele vai fazer? É um órgão que não tem dinheiro, que não tem orçamento, e, de repente, ele fica feliz em poder distribuir as caixas d'água, mas não tem o dinheiro para mandar levá-las para as nossas prefeituras. A gente tem que começar a ficar atento a esses pequenos detalhes.

Sei que Minas está passando por dificuldades. O governador Zema recebeu este estado absolutamente quebrado, e a gente entende isso. Ninguém está querendo que Minas faça milagre não. Mandou para cá os projetos, vamos analisá-los e votá-los. Eu não tenho nenhum problema em votar projeto aqui, não. Eu não tenho compromisso com essas empresas quebradas, como a Copasa, como a Cemig. Eu não tenho compromisso com elas não, mas tenho compromisso com o nosso povo, com a nossa gente. Eu vivo é lá na cidade do Norte de Minas, vivo em Montes Claros. E uma cidade de 500 mil pessoas, Coronel Sandro. Cito Montes Claros, que ia receber cinco caixas d'água... Eu ligo para o prefeito, e ele fala: “Carlos, eu não tenho dinheiro, eu não tenho R\$45.000,00 para buscar essas caixas lá, em Ipatinga”. Pelo amor de Deus, vamos, pelo menos, respeitar! Se não há condição de levar as caixas d'água, por que oferece a nós, por que procura os deputados? “Coronel Sandro, tenho aqui cinco caixas d'águas. Veja o município em que o senhor trabalha que está precisando”. Você tem o cuidado de ligar para o vereador, ligar para o prefeito. E depois ele fala assim: “Eu não tenho como, Coronel, não posso buscar as caixas d'água lá, não. Eu não tenho dinheiro. Se o Estado me pagar o que deve, eu busco”. E o Estado é devedor dos 853 municípios. Fez agora aquele acordo com o Tribunal de Justiça e disse que vai passar a pagar a partir de fevereiro. E eu quero aqui alertar. Hoje é dia 5 de novembro. Quero fazer um alerta: se o governo não honrar esse acordo que fez, será a desmoralização total. Disse que vai pagar em 30 meses, em 30 meses. Tomara que pague! Se não pagar, será uma desmoralização total. Minas está quebrada? Está quebrada. Precisa de apoio? Precisa. Vai ter o apoio desta Casa? Vai. Com raríssimas exceções, mas vai. O que não pode é cometer esse deslize, essa falta grave que merece cartão vermelho, porque criou expectativa e não vai honrar essa expectativa.

Quero também, terminando a minha fala, dizer de um programa que o governo está incentivando muito, que é o programa de energia fotovoltaica, energia limpa, do sol. Minas está se destacando entre todos os estados brasileiros com a energia fotovoltaica.

Há alguns dias, eu estava ali naquele microfone e falava que o governo está tentando ou pelo menos lançou a ideia de querer cobrar imposto do sol. Ainda bem que o Congresso reagiu. Parece que o Senado se posicionou firme, bem como a Câmara dos Deputados, senão qual incentivo que vou ter em adquirir uma pequena usina, colocar no telhado da minha casa e depois ter de pagar o imposto dessa energia que estou captando do sol? Estão jogando na rede da Cemig. Então, o Congresso reagiu em boa hora.

Quero aqui, presidente, trazer os meus aplausos ao Senado brasileiro, à Câmara dos Deputados, que está promovendo uma discussão ampla sobre esse tema. Quero aqui, mais uma vez, cumprimentar a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis aqui, da Casa, presidida pelo deputado Gil Pereira, que fez uma audiência pública aqui e foi a Brasília. Está ali o Gil chegando. Conversava com ele hoje na vinda para cá, de Montes Claros para Belo Horizonte, e ele falou que houve uma reação muito grande. Então, tem de ser dessa maneira. O povo não pode aceitar goela abaixo o que vem, seja de onde for. O governo Bolsonaro tem de rever essas questões. Ele não pode ser seduzido pelos seus assessores econômicos em querer cobrar impostos dos raios solares. Era só o que faltava!

Então, o Brasil, não pode aceitar isso, Carlos. Termino. Esta Casa reagiu, viu, Gil? Meus parabéns a você mais uma vez. Temos de colocar firmemente a nossa proposta, a nossa posição. Temos de incentivar o povo a ter pequenas usinas fotovoltaicas. Do que Deus dá graciosamente nenhum governo tem condições ou o direito de cobrar imposto. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Coronel Sandro\* – Sr. Presidente, boa tarde! Caros deputados, boa tarde! Funcionários da Casa, convidados, boa tarde!

Vou iniciar abordando um tema que foi alvo de observação aqui pelo deputado Carlos Pimenta, que é a proposta da Aneel de alteração da Normativa nº 482, que visa cobrar uma taxa para a utilização da rede elétrica dos geradores de energia fotovoltaica.

Realmente, às vezes, a burocracia brasileira e a ânsia reguladora e taxadora do Brasil passam das raias do absurdo. Enquanto estamos buscando ampliar a nossa capacidade de geração de energia – e a geração distribuída proporcionada pela energia fotovoltaica é uma das alternativas, aliás, já estamos muito atrasados nessa questão –, aparece a Aneel querendo taxar aqueles que produzem a energia solar.

Então, imagine, deputado Carlos Pimenta, nós pedimos ao governo que instituisse um programa de energia fotovoltaica para que pudéssemos alocar emendas parlamentares, e, neste primeiro momento, elas não se conectarão à rede, porque, se acontecesse isso, se houvesse essa possibilidade, seriam dois anos para a Cemig aprovar o projeto. E todos nós sabemos que na Cemig há uma resistência muito grande a essa produção de energia distribuída.

E, aí, no futuro, a evolução do programa é poder destinar emendas para que pessoas que têm um consumo de zero a 150KW possam receber – seria uma doação social – para produzir a energia, mas aí elas teriam que pagar para ter acesso à rede elétrica.

Então, nós sempre precisamos fazer essas denúncias para que o Brasil deixe esse costume de tributar, de jogar tudo nas costas do cidadão. O Estado brasileiro é muito grande e não larga o cangote do povo, e ainda há gente que incentiva o aumento da tributação.

Então, estou fazendo essa manifestação aqui por não concordar com essa taxação. Eu acredito que ela não deve prosperar na Aneel. Deputado Bruno Engler.

O deputado Bruno Engler (em aparte) – Obrigado, deputado Coronel Sandro. Primeiramente, quero parabenizar V. Exa. por abordar o tema e parabenizar o deputado Carlos Pimenta, que primeiramente trouxe o tema à tribuna. Eu só quero fazer uma ressalva, deputado Carlos, com toda vênua a V. Exa., que não é responsabilidade do governo Jair Bolsonaro essa ideia. A Aneel é uma agência autônoma e partiu da agência... Inclusive essa iniciativa sofreu duras críticas do presidente Jair Bolsonaro. Ele não é favorável à iniciativa e quer, inclusive, fomentar a produção de energia solar sem essa taxação. É um absurdo o que os burocratas querem promover no nosso país. Já não basta taxar quase tudo, eles querem taxar até o sol. Daqui a pouco, eles vão descobrir um jeito de taxar o ar que a gente respira. Eles são fenomenais.

Acho importante fazer este esclarecimento de que infelizmente não cabe ao presidente Jair Bolsonaro definir ou não essa política, senão, com certeza, ela não estaria nem mais em pauta, mas eu tenho confiança de que o Congresso Nacional vai ter a sensibilidade de derrubar essa matéria.

O deputado Coronel Sandro\* – Muito obrigado, deputado Bruno Engler. Pertinente a sua observação, porque, muitas das vezes, as pessoas desinformadas ou fazendo um uso equivocado da informação, na verdade para desinformar, colocam como se o presidente fosse o responsável por isso. Não, a Aneel tem autonomia e independência.

Vou conceder um aparte a V. Exa., só um momento.

Esgotado esse tema, só para fechar as informações, quero dizer que nós pedimos, e o governo criou o programa. Então a gente pode alocar emendas parlamentares para que os municípios gerem energia solar para atender a sua demanda de iluminação de prédios públicos e assim possam aliviar a população da taxa de iluminação pública. Creio que não na totalidade, porque há uma taxa de utilização do sistema, mas ela poderá até ser banida e substituída. Deputado Gil Pereira.

O deputado Gil Pereira (em aparte)\* – Obrigado, Coronel Sandro. Quero agradecer e parabenizar pelo tema levantado pelo amigo, deputado Carlos Pimenta, e pelo Bruno também. No dia 7, estarei em Brasília com o presidente da Comissão de Energias Renováveis e Recursos Hídricos justamente para a audiência pública da Aneel. O Bruno colocou muito bem aqui: é a agência reguladora que define a normativa. O nosso diretor Rodrigo Limp, que é relator, já esteve aqui na nossa comissão por duas vezes e já tem uma outra agenda marcada para ir a nossa cidade de Montes Claros – não só em Montes Claros – para mostrar as plantas de geração distribuída que estão instaladas na nossa região. Já são aproximadamente 40 plantas de GD, e é um tema muito importante para Minas Gerais e para o Brasil. Para Minas Gerais porque hoje é a campeã de GD. Em poucos temas estamos à frente de São Paulo, e esse é um tema em que estamos muito à frente de São Paulo e muito à frente dos outros estados da Federação, porque fizemos uma legislação que fala que até 5MW a usina é isenta de ICMS.

Então, hoje, Minas Gerais está recebendo, já instalado, Coronel Sandro, mais de R\$1.000.000.000,00 em investimentos, e há programado para até março do ano que vem mais 32 plantas; e até o final do ano mais outras 30 plantas, só de duas empresas. Então, é o que você falou: se realmente a Cemig destravasse as conexões, nós já teríamos mais de cem plantas energizadas em Minas Gerais, mas estamos acompanhando a Aneel, temos ido ao Senado Federal, falamos com os três senadores, com o senador Anastasia, com o senador Carlos Viana e com o senador Rodrigo Pacheco, e estão todos atentos a esse tema.

O deputado Lafayette foi colega nosso aqui e é presidente da Comissão de Energias Renováveis lá, está fazendo um belo trabalho e será relator. Então eu tenho certeza de que, como o Bruno falou, o Congresso está atento, a Câmara Federal e o Senado. E aqui, na Assembleia Legislativa, nós também estamos fazendo esse trabalho conjunto, para que a gente possa realmente ter atendida a nossa demanda e que a Lei nº 482 não seja mexida, atrapalhando o crescimento da energia renovável, principalmente a solar fotovoltaica.

Muito obrigado e parabéns pela sua fala!

O deputado Coronel Sandro\* – Eu que agradeço, deputado. Tenho acompanhado a atuação do senhor lá na Comissão de Energias Renováveis, inclusive eu gosto do tema também. O senhor deve saber melhor do que eu que, se o Brasil hoje quisesse dobrar a sua capacidade de produção industrial, nós não conseguiríamos, não é isso? Falta energia. Por isso eu sou um defensor também da energia concentrada e falo isso em relação à energia nuclear. Nós vamos ter um plano nacional de energia, que está sendo revisado e vai ser divulgado brevemente. E há a previsão de construção de mais quatro ou oito usinas nucleares para produção de energia, tal qual aquelas de Angra 1 e 2, e a 3, que está em conclusão. Minas Gerais tem quatro sítios, que podem abrigar essas usinas. Um deles lá no Vale do Rio Doce, próximo a Resplendor, próximo a minha terra natal.

Mudando o tema, Sr. Presidente, vou voltar novamente aos incêndios da Amazônia, tão explorados pelo mundo agora, inclusive pelo presidente francês, que está com uma crise interna muito grande e achou que, ameaçando a nossa soberania na Amazônia, iria resolver os problemas políticos que tem lá. Não resolveu. Na verdade, hoje, mês de novembro, nós já temos dados de que, desde 1998, não há incêndio dessa magnitude, dessa proporção na Amazônia. Foi o menor índice. E aí no período de agosto a meio de outubro houve manifestação do Macron, daquela menina que acho que é sueca, que não fala direito e que esqueci o nome dela. (– Intervenção fora do microfone). Greta. A esquerda arrumou uma bagunçada. Botaram fogo na Amazônia, fizeram até filme lá, Sr. Presidente, porque queriam exibi-lo no *Rock in Rio*. Aí contratam uma empresa para produzir um incêndio lá parecido com a Amazônia, para projetar no *Rock in Rio* e dizer que era incêndio na Amazônia. Aí veio o Sínodo da Amazônia também sobre isso, mas ninguém fala quando o resultado é positivo. Havia mesmo era uma exploração política da esquerda no mundo todo sobre isso.

E agora a gente vê lá a Califórnia, nos Estados Unidos, ardendo em chamas, o pantanal mato-grossense também pegando fogo, e eu estou aqui “de boas” esperando o sínodo da Califórnia e também esperando o sínodo do pantanal mato-grossense. Alguém aí se habilita a cobrar dos realizadores de sínodo? Gostaria de ver. Ou talvez o sínodo do Oceano Atlântico, não é? Porque muitos confundiram a Amazônia com o pulmão do mundo. Na verdade, não é e nunca foi, e sim, são os oceanos, as algas marinhas que produzem o oxigênio consumido por todo mundo. Então fica esse registro aqui para não nos deixar esquecer a hipocrisia, o oportunismo daqueles que perderam a eleição e perderam em alguns lugares do mundo todo também.

Outro assunto, Sr. Presidente: No dia 4 de abril, eu encaminhei um ofício ao secretário de Segurança Pública, o Gen. Mário Lúcio Alves de Araújo, com uma série de denúncias, de irregularidades que ocorriam lá no centro de internação, em Governador Valadares. Isso foi em 4 de abril. Aguardei tempo suficiente para que respostas fossem enviadas, mas as respostas não chegavam. Atendendo ao pedido dos servidores lá do centro de internação, eu solicitei uma audiência pública para que eles pudessem vir aqui à Assembleia, para que, assim, cada um relatasse a sua dor, relatasse a sua angústia e fizesse a sua denúncia.

Dentre as várias denúncias, aqui protocoladas, em face do diretor daquele estabelecimento... Algumas, eu vou citar aqui: ele utilizava servidores que deveriam estar no serviço operacional, na atividade-fim, aqueles que, como eles falam lá, “deveriam estar na tranca”, para fazer serviço administrativo, contrariando as normas. E, para piorar, afastava do serviço administrativo quem era auxiliar administrativo para colocar aquele que não deveria estar ali. Numa dessas substituições, a beneficiada foi a esposa desse diretor. Isso caracteriza, além de irregularidades administrativas e disciplinares, na minha visão, improbidade administrativa.

Isso tudo foi relatado na audiência pública aqui realizada. Em setembro, após a audiência e sabendo que eu a havia solicitado, recebi uma resposta, falando que tal, blá-blá-blá, que estavam apurando, que não tinha nada daquilo, pê-pê-pê, pê-pê-pê. Recentemente, ocorre uma rebelião lá no centro de internação, e 20 agentes que trabalham lá, por problemas de saúde, estão de licença médica. Pergunto: como não há nenhuma irregularidade? Acontece uma rebelião e nada é feito.

Faço esse registro aqui, porque sou da área da segurança pública, sou da área da defesa social, e, muitas das vezes, se parece coelho, pode ter certeza que é coelho, na área da segurança pública. Eu tenho a certeza de que esse vídeo vai chegar à Secretaria de Segurança. Eu só quero que tomem providências e protejam os servidores que estão lá.

Feito isso, Sr. Presidente, gostaria de encerrar, hipotecando aqui, mais uma vez, o meu apoio ao maior presidente que este país já teve e que está só com nove meses de mandato: chama-se Jair Messias Bolsonaro, o homem mais atacado da história. E a nossa economia está subindo; emprego, subindo; dólar, caindo; bolsa em ascensão. E olhe que ninguém teve coragem de fazer as reformas que ele... Já fez uma; agora, está propondo a administrativa, a parte federativa, tributária e tudo o que vai vir. Isso é por quê? É um presidente que tem coragem de enfrentar medidas impopulares.

Então, mais uma, vez, presidente Jair Bolsonaro, parabéns! O senhor é um mito. Obrigado, Sr. Presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira\* – Exmo. Sr. Presidente, nobres colegas, nosso público aqui presente, que nos acompanha, boa tarde. Presidente, eu queria comentar aqui alguns assuntos. Não tenho um assunto específico, como na maioria das vezes eu faço. A gente pega aqui um tema e discorre sobre ele. Na verdade, como são muitas notícias nos últimos dias, vou conversar um pouquinho sobre cada assunto. Mas é claro que eu não poderia deixar de dialogar sobre o que foi colocado aqui nas falas dos parlamentares que me antecederam.

Primeiro, presidente, o colega deputado Carlos Pimenta fez aqui uma denúncia das caixas que se encontram em Ipatinga para reservatório de água, que poderiam atender muito bem o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha. Esse equipamento está lá já há um bom tempo, e o deputado Carlos Pimenta lembra aqui e traz a informação do custo que é para as prefeituras retirarem esse equipamento. O orçamento é isso mesmo, gira em torno de R\$9.000,00, às vezes mais, às vezes menos, dependendo da distância. E aí

o deputado Carlos Pimenta faz a cobrança: será que governo não poderia disponibilizar para as prefeituras o transporte para que esse equipamento fosse entregue?

Pois bem, agora eu vou além, presidente. Eu digo para o senhor que há duas prefeituras, deputado Jean, Prefeitura de Japonvar e Prefeitura de Santa Rosa da Serra, em que os prefeitos se disponibilizaram a arcar com essa despesa para buscar o equipamento. Aqui, um pouco diferente do que pediu o deputado Carlos Pimenta, não estou nem pedindo que o governo entregue, leve até o município; estou pedindo apenas que autorize a retirada. Toda documentação já se encontra com a Secretaria de Governo. Então o governo Zema, que tem dito que é o governo novo, o governo eficiente, o governo, enfim, da eficiência, poderia ser eficiente também fazendo com que o equipamento chegasse a quem precisa. E os municípios, volto a dizer, não estão pedindo para que o governo entregue, apenas para que libere e que autorize a sua retirada. Então eu estou aqui corroborando com as palavras do deputado Carlos Pimenta e indo além, pedindo ao governo que se sensibilize para fazer a entrega dos equipamentos.

Dando continuidade, porque sei que esse equipamento vai ajudar na questão do acesso à água e, conseqüentemente, à agricultura familiar, deputado Marquinho, há uma outra reivindicação que aqui eu faço. A gente, que é deputado, vira e mexe faz uma solicitação para o governo. Normalmente essas solicitações são negadas, a gente recebe um não, sempre com o argumento de que não há disponibilidade orçamentária, não há disponibilidade financeira, há crise, não há dinheiro, e coisa e tal.

Há alguns dias eu cobrei da Emater, porque fiz a indicação, ainda em 2017 e 2018, em emenda parlamentar, de aquisição de *kit* feira, microtrator, insumos, enfim. E eu fiz a cobrança de uma parte das minhas emendas que ainda não haviam sido entregues. Aí, conversando com os representantes da Emater, fui saber: o que houve? Não existe o dinheiro? O dinheiro não está disponível para a gente poder fazer a aquisição desse recurso que eu indiquei na emenda? “Não, deputado, o financeiro nós temos; nós não temos autorização orçamentária do governo.” O que para mim é mais grave ainda. Uma coisa é falar que você não tem o dinheiro, o dinheiro não está lá para se poder fazer a compra, para poder fazer a licitação. Mas me falar que o dinheiro está disponível e o que falta é autorização para que se faça a despesa, o ordenamento orçamentário é um absurdo.

Eu já disse aqui outras vezes: atuo com agricultura familiar, defendo o pequeno agricultor, é uma das pautas do nosso mandato; tenho grande respeito pela agricultura familiar no nosso estado e no nosso país, que são aqueles que garantem 85% da alimentação na nossa mesa. Tenho divergências com o agronegócio, mas não sou daqueles que ficam demonizando o agronegócio, apesar de achar que não distribui renda. Mas, bem, ajuda um pouco a balança comercial, ainda que isso represente talvez 6% da composição do PIB do Brasil. Mas não vou entrar nessa, eu quero falar da agricultura familiar. A agricultura familiar, essa é fundamental, essa gera emprego, essa gera renda, essa gera alimentação de qualidade para todos nós. E é por isso que o nosso mandato atua também na questão da agricultura familiar.

E aí eu estou pedindo ao governador – nós estamos em novembro, quase um ano – que autorize, que dê autorização orçamentária, para a Emater proceder à aquisição e à entrega dos equipamentos. É *kit* feira, com que o pequeno produtor comercializa sua produção; é microtrator, que ajuda no preparo da terra; são insumos, para também colaborar na produção. E é recurso pequeno.

Então, governador Romeu Zema, o senhor, que é um homem simples – nós vimos, aí no vídeo, a sua simplicidade em casa, sozinho, lidando com as questões –, lembre-se dos homens simples que estão na roça. E o senhor estava fazendo café em casa, bem acolhido. Mas pense no homem do campo, debaixo do sol, submetido a intempéries da natureza, para poder garantir essa comidinha que a gente faz na refeição, que o senhor também faz. É pouco dinheiro, e é para o homem do campo, não é para mim, eu não sou produtor. Defendo, luto, brigo, mas não sou produtor. Tenha sensibilidade. “Porque o deputado Cristiano é da oposição, porque o deputado Cristiano é do PT, então vamos segurar...” Não faça isso. Até a disputa política tem limite – eu falo muito isto aqui –, é o limite da responsabilidade e do compromisso com o povo mineiro. Estou fazendo esse apelo, registre-se no dia de hoje.

Vou continuar aqui, dialogando com os colegas deputados, com as falas que me antecederam, porque acho que algumas – claro, algumas – são falas pertinentes.

Deputado Jean Freire, foi muito dito aqui sobre a produção da energia fotovoltaica, e colegas deputados protestaram sobre essa medida da Aneel de fazer a taxaçaõ dessa energia. Agora, é importante contar que Minas Gerais se tornou um dos principais polos da produção da energia fotovoltaica por causa de apoio, incentivo e fomento por parte do nosso governo, pelo governo do Partido dos Trabalhadores. O deputado Gil Pereira anunciou aqui a previsão de mais de R\$1.000.000.000,00 de investimentos. Olhe só, deputado Jean: (- Lê:) “Minas lidera a geração de energia solar no Brasil. Estado tem 22% de participação na produção nacional por meio de usinas fotovoltaicas. Entre 2012 e 2018, já foram investidos R\$650.000.000,00 em projetos no Estado”. Os dados são da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica. E aí eu trago o destaque, deputado Marquinho. Porque às vezes o pessoal não conta, então cabe a mim contar. Ainda mais que nós estamos assumindo a presidência do Partido dos Trabalhadores, vamos ter que fazer aqui as razões e contrarrazões do que foi o nosso governo, evidentemente com os erros que tenhamos cometido, mas também os acertos e as conquistas.

E por falar nisso: (- Lê:) “Energia fotovoltaica conquista. Minas Gerais se destaca dos demais estados quando o assunto é ICMS. É o único estado que possui isenção de ICMS na energia gerada para usinas fotovoltaicas com capacidade de geração de até 5MW, enquanto os demais estados que assinaram o Convênio de ICMS nº 16/2015 limitam a uma potência a apenas 1MW. E não para por aí. Além da isenção do ICMS relativa à circulação de energia, Minas Gerais também se destaca pela isenção de ICMS para qualquer equipamento que faça parte do sistema de um gerador fotovoltaico, de acordo com a Lei nº 22.549, de 30/6/2017, no governo Fernando Pimentel”. Então, está aí a nossa contribuição nessa discussão, mostrando como nós ajudamos a colocar Minas no cenário, no protagonismo e na vanguarda da geração desse tipo de energia.

Presidente, eu queria também informar sobre a realização de um importante evento que tivemos ontem aqui, na Assembleia, que foi o seminário do debate da nova reforma tributária. É um debate muito importante para o País o debate da reforma tributária. Ontem, o debate contou com a presença do deputado Hildo, que é o presidente da comissão, do deputado federal Reginaldo Lopes e o deputado Newton Cardoso Júnior, do MDB, e representantes da Secretaria de Estado da Fazenda, o ex-ministro de Fazenda. Enfim, foi um debate muito qualificado. A reforma tributária é uma reforma urgente. A reforma tributária é a verdadeira reforma que vai ajudar a combater os chamados privilégios, que, na minha opinião, não foram atacados na reforma previdenciária. Eu digo isso porque o Brasil urge de um novo modelo.

Nós temos hoje um modelo tributário que ataca, pune os mais pobres. Se você parar para pensar, o Brasil tem uma carga tributária pesadíssima no consumo. Se você olhar o que nós temos de composição tributária... Veja, por exemplo, itens da cesta básica e itens de bens de consumo, que é um negócio absurdo. É um negócio absurdo. Eu vejo que o presidente Bolsonaro gosta muito dos Estados Unidos e se espelha muito em referências americanas e poderia defender, por exemplo, que a alíquota do consumo no Brasil gerasse em torno de 15%, que é a média no estado americano. O que tem que ser feito no nosso país é a taxaçaõ do lucro e do dividendo, é a taxaçaõ da grande fortuna, da herança. Se você parar para pensar que num país em que metade da população não recebe nem R\$900,00 e se você for somar tudo que ela gasta com pagamento de impostos na composição da carga no consumo, vai ver que isso leva em torno de 45% a 50% do seu poder de compra. E aí, quando você fala da faixa da classe média, já começa pagando Imposto de Renda de 15% a 27,5%. E os super-ricos no Brasil, que recolhem lucros e dividendos, não pagam imposto, não recolhem. Só o Brasil e a Letônia não cobram imposto sobre lucro e dividendo. É impressionante. Inclusive o governo Bolsonaro tem olhado muito para a OCDE, o Brasil está tentando ingressar na OCDE, e somente dois países não cobram lucro e dividendo. Poderia se orientar também pela política tributária que a OCDE propõe.

Então, o debate de ontem foi valioso, foi um debate importante. A Assembleia Legislativa se fez presente e trouxe aqui a comissão para poder discutir. A reforma tributária não pode significar somente a unificação dos impostos, a simplificação da tributação. Ela tem que significar a justiça tributária.

Presidente, queria fazer aqui também um contraponto a respeito da questão da Amazônia. Olhe, presidente, é importante ficar claro que não foi o Greenpeace que pôs fogo na Amazônia. É importante ficar claro que não foram os ambientalistas que colocaram fogo na Amazônia nem estimularam esse tipo de atitude. Só quero aqui fazer referência à fala do presidente Jair Bolsonaro, na visita à Arábia Saudita, em que ele diz que potencializou as queimadas na Amazônia brasileira, ocorridas nos últimos meses, por discordar de política ambiental de governos anteriores. Abre aspas: “Há poucas semanas, o Brasil foi duramente atacado por um chefe de Estado europeu sobre as questões da Amazônia. São problemas que acontecem ano após ano, que é da cultura, por parte do povo nativo, queimar e depois derrubar parte da sua propriedade para o plantio de sobrevivência, mas foi potencializado por mim, exatamente, porque não me identifiquei com políticas anteriores adotadas no tocante à Amazônia”. Presidente Jair Bolsonaro, na Arábia Saudita. Essa matéria foi publicada no *site* Uol, em 30/10/2019.

Presidente, para eu poder encaminhar para os finalmentes do que me propus falar, quero cumprimentar a deputada Celise Laviola, que foi relatora de uma PEC que tramita aqui, na Casa, que propõe o fim das eleições para diretores escolares. A deputada Celise teve sobriedade, orientou-se pelo melhor aspecto legislativo. Ela dialoga com o que está previsto na Constituição, que é muita clara sobre a participação da comunidade nos processos escolares, da democratização, e com o que é contemporâneo para a nossa sociedade. Ainda que haja questionamentos sobre se há alguma obrigatoriedade para que as eleições procedam – na verdade, também creio que não há uma obrigatoriedade objetiva –, ela é, contudo, uma questão que se colocou e que se tornou cultural e da natureza do processo da construção democrática do ambiente escolar.

Tenho recebido, presidente, vários comunicados, vários chamados, várias denúncias, várias reclamações, várias solicitações dos diretores. É legítimo que aquele que vai conduzir a administração escolar seja escolhido pela comunidade escolar que será o objeto do seu trabalho, sem prejuízo da sua condição técnica, porque já são exigidos pré-requisitos para que se torne diretor. Então, faço a defesa do modelo que temos, da escolha por eleição dos diretores escolares.

E, por falar em educação, esta semana, a Comissão de Educação da Assembleia fará o debate sobre essa PEC que aqui tramita, que vai contar com o meu voto contrário, o meu posicionamento contrário, a minha orientação contrária.

A outra situação é a municipalização dos primeiros anos, que hoje estão sob a responsabilidade do Estado, passando-os para os municípios. Entendo que, se essa for uma política construída com o município, com a comunidade escolar, com os alunos, os pais de alunos, os profissionais, não vejo grandes problemas em se fazer essas adequações. O problema é quando isso não surge como uma construção democrática e coletivizada e se coloca como imperativo para que as prefeituras, a qualquer custo, absorvam escrutínio de alunos, para que os pais aceitem a migração. Então, presidente, acho que precisamos fazer esse debate na Casa. Como essa política pretende ser implementada sem ouvir a comunidade e o povo de Minas Gerais, sem ouvir os alunos, os pais de alunos e os trabalhadores? Penso que essa audiência será muito importante para que a gente possa elucidar essas dúvidas que estão sobre esse processo que está em curso.

Quero agradecer a paciência do nosso presidente, dos nobres colegas deputados e dizer que estaremos aqui ajudando a colaborar com a boa discussão, com o bom debate sobre Minas Gerais.

No retorno a esta tribuna, vamos discutir essa questão da antecipação do nióbio, o nosso posicionamento e a nossa colaboração no debate que está tramitando aqui. Se o governo realmente propõe que esses recursos sejam para pagar 13º salário, folha de pagamento, queremos um compromisso público do governo junto à Assembleia, como foi feito, à época, com a escola em tempo integral. Obrigado, Presidente.

\* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 82/2019****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 193/2019**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 25/11/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de interruptores e módulos cegos para tomadas.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 7 de novembro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**ERRATA****ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/11/2019**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/11/2019, na pág. 36, sob o título “Votação de Requerimentos”, exclua-se o seguinte:

“Requerimento nº 3.289/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os estudos realizados pelo Poder Executivo para a concessão de benefícios fiscais, com detalhamento dos critérios utilizados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Oficie-se”.